

ISABELA BARBOSA DA MATTA

**COBERTURA TELEVISIVA DE SITUAÇÕES DE
VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE O ATENTADO À
CRECHE DE BLUMENAU**

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social - Jornalismo

UFV 2023

ISABELA BARBOSA DA MATTA

**COBERTURA TELEVISIVA DE SITUAÇÕES DE
VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE O ATENTADO À
CRECHE DE BLUMENAU**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Mariana Ramalho Procópio Xavier

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

2023

RESUMO

A relação entre mídia e casos de violência abrange diversos aspectos. A cobertura desenvolvida pela mídia sobre casos de violência pode agir de maneira negativa na medida em que algumas abordagens ferem princípios éticos e comportam-se como perpetuadoras de estereótipos e como peças-chave para que os casos noticiados tenham desfechos ou repercussões indesejados. No jornalismo nacional, alguns casos tiveram coberturas midiáticas que apresentaram condutas inapropriadas e são passíveis de problematizações. Neste trabalho, realizamos um estudo de caso exploratório do atentado à creche Cantinho do Bom Pastor em Blumenau (SC), de modo a evidenciar como tal evento foi transmitido por diferentes programas televisivos. A principal chave de leitura para esta reflexão foi o conceito de acontecimento, a partir da orientação de FRANÇA (2012) e também a observação de casos de violência anteriormente repercutidos e/ou afetados pela mídia televisiva.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; violência, mídia.

ABSTRACT

The relationship between media and cases of violence covers several aspects. The coverage developed by the media on cases of violence can act negatively insofar as some approaches violate ethical principles and behave as perpetrators of stereotypes and as key elements for the reported cases to have unwanted outcomes or repercussions. In national journalism, some cases had media coverage that showed inappropriate conduct and are subject to problematization. In this work, we carried out an exploratory case study of the attack on the Cantinho do Bom Pastor daycare center in Blumenau (SC), in order to show how this event was broadcast by different television programs. The main reading key for this reflection was the concept of event, based on the guidance of FRANÇA (2012) and also the observation of cases of violence previously reverberated and/or affected by the television media.

KEY-WORDS

Journalism; violence; media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA, MÍDIA E ACONTECIMENTO.....	12
CAPÍTULO 2 – COBERTURAS DE VIOLÊNCIA NA TV BRASILEIRA - PONTUAÇÕES SOBRE CASOS MARCANTES.....	20
2.1 Participação ativa da mídia durante o acontecimento.....	22
2.2.1 Ônibus 174.....	23
2.2.2 Caso Eloá.....	25
2.2 Participação ativa da mídia após o acontecimento.....	27
2.2.1 Caso Isabella Nardoni.....	28
2.2.2 Caso Eliza Samúdio.....	29
2.2.3 Caso Marcos Kitano.....	31
CAPÍTULO 3 - COBERTURA MIDIÁTICA DA TRAGÉDIA EM BLUMENAU: ESTUDO DE CASO.....	34
3.1 Observações sobre coberturas jornalísticas imediatas.....	37
3.2 Observações sobre coberturas jornalísticas posteriores.....	41
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

INTRODUÇÃO

Não é raro que notícias que abordam casos de violência sejam veiculadas em revistas, jornais, portais *online* e programas de televisão e pode-se perceber como é significativa a parcela de transmissões desta natureza que ocupam o espaço midiático. Essa expressiva presença da temática violência nos noticiários também é refletida na produção de trabalhos de teor acadêmico. A partir da pesquisa dos termos “cobertura midiática” + “violência” no *Google Acadêmico*, entre os anos de 2003 e 2023, foram encontrados aproximadamente 4.180 trabalhos escritos em língua portuguesa que tratam destes temas. Dentre os assuntos abordados nestes artigos, formulados, sobretudo, a partir das óticas do jornalismo brasileiro, da sociologia e da história, destacam-se questões ligadas à violência contra a mulher, violência urbana e violência racial.

Quanto à veiculação de casos de violência contra a mulher na mídia, as pesquisadoras BELISÁRIO e REIS (2019) ressaltam em suas análises que a mídia pode escolher priorizar a manutenção de um senso comum já enraizado na sociedade ou optar por desconstruí-lo. A partir de observações sobre a maneira como casos de estupro foram veiculados na mídia e dos questionamentos que permeiam essas discussões, defendem que as questões de gênero sejam trabalhadas nas instituições formadoras de profissionais da comunicação, visando evitar situações midiáticas que reforcem a misoginia presente na sociedade. Elas destacam que:

É imprescindível um treinamento em comunicação e questões de gênero nas universidades para que futuros jornalistas sejam mais conscientes do importante papel que desempenham na agenda da sociedade e de sua responsabilidade social na construção da notícia. (BELISÁRIO e REIS, 2019, p. 10).

Em outro artigo, DE MESQUITA BATISTA et al comentam sobre a postura midiática relacionada à cobertura dos assassinatos de Eloá Pimentel e Tatiane Spitzner. Por meio da análise do comportamento da mídia frente a esses casos e outras conjunturas de violência contra a mulher, afirmam que, em algumas situações, a mídia é responsável por favorecer circunstâncias deste tipo de violência. Sob estes parâmetros, ressaltam que:

A mídia não contribui para desmistificar a insegurança que as vítimas de violência apresentam quanto à proteção que a legislação lhes assegura. As informações veiculadas pelos meios de comunicação sobre a violência contra mulher vêm em forma de espetáculo, com a finalidade de proporcionar mais audiência e notoriedade, da mesma forma que sequer respeitam a situação delicada em que as vítimas se encontram, fazendo-lhes, muitas vezes,

perguntas que são capazes de provocar perturbação psicológica, já que rememoram as agressões vividas. (DE MESQUITA BATISTA et al, 2021, p. 35888-35889)

Avaliando os artigos encontrados que tematizam a violência urbana, RISTUM e BASTOS (2003) citam o trabalho de MACÉ (1999), que traz características observadas no jornalismo brasileiro e as avalia a partir de uma perspectiva comparativa.

Em um artigo no qual compara a violência urbana na França e no Brasil, Macé (1999) diz que causa espanto, na televisão brasileira, a importância dos programas diários dedicados à violência urbana, nos quais os policiais são acompanhados em suas intervenções, na sua maioria nos bairros populares, e são apresentadas muitas armas, policiais eficazes, malfeitores despeitados e testemunhas chocadas, numa clara representação binária do bem e do mal. (MACÉ, 1999 apud RISTUM e BASTOS, 2003, p. 188)

Assim, segundo os autores, este comportamento da mídia brasileira poderia ser responsável por banalizar a violência vista na sociedade e também por reforçar estigmas e preconceitos.

Outro trabalho notável é o produzido por SILVA e DOS SANTOS (2019), no qual analisam a cobertura midiática de assassinatos que ocorreram na cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Como resultado da pesquisa feita, sobre a veiculação de casos de homicídios, as autoras afirmam que:

Esse tipo de crime acaba recebendo dos veículos de comunicação um mesmo tipo de cobertura: a de dizer que o crime aconteceu. A informação é passada sem análise das suas causas e consequências sociais, como fato isolado sem nenhum contexto aparente. Assim, a morte é esvaziada de sentido, se tornando um número na estatística. O crime parece, neste sentido, ter acontecido a uma distância segura do espectador, quando, na verdade, existe proximidade geográfica com o fato. (SILVA e DOS SANTOS, 2019, p. 12)

Desta maneira, avaliando o resultado obtido no trabalho das pesquisadoras, é possível compreender que existem abordagens midiáticas que podem acabar por acobertar o lado humano do trabalho jornalístico.

Por fim, foram explorados os artigos que tratavam de assuntos ligados à violência racial. Sobre a relação entre o jornalismo e a veiculação de notícias que abordam este tipo de violência, DE ALMEIDA ARAÚJO (2015) resalta características observadas na imprensa brasileira ao dizer que:

a mídia brasileira constitui-se em uns dos principais meios de banalização da violência, de reprodução, reforço e manutenção do racismo, bem como de discriminação e preconceito para com os grupos e sujeitos historicamente

estigmatizados e discriminados na sociedade brasileira, a exemplo dos negros e dos indígenas. (DE ALMEIDA ARAÚJO, 2015, p 467)

Desta forma, o raciocínio acima encontra-se em consonância com as afirmações de SILVA (2008), que diz que “a mídia é, em grande parte, a responsável pelo estereótipo do jovem pobre, negro e conseqüentemente, criminoso. É como se a esse jovem fosse vetado o direito de produzir outra coisa que não violência.” (SILVA, 2008, p. 9)

Nos últimos anos, um outro tipo de violência tem sido observado com frequência alarmante. Escolas do Brasil e do mundo têm sido palcos de massacres e atentados violentos, os quais estampam diversos jornais e programas de televisão. Neste cenário, são percebidos alguns aspectos que merecem atenção, bem como a postura da mídia frente a estas circunstâncias.

No dia 20 de abril de 1999, dois estudantes norte-americanos assassinaram a tiros 12 alunos e um professor da escola de Columbine, no Colorado, situação que configurou um dos mais notórios ataques com armas de fogo em ambientes escolares. Segundo investigações, o *bullying* sofrido pelos alunos teria sido a principal motivação para o ataque, contexto que acabou por fomentar a discussão sobre este tipo de discriminação entre alunos e sua relação com ataques semelhantes que foram observados nos Estados Unidos e no mundo. Neste raciocínio, DA SILVA MATTOS (2012) ressalta que:

Não há nenhuma grande novidade nesses casos. O massacre de Columbine, que ocorreu no Colorado, Estados Unidos, como tantos outros casos, exemplifica como atitudes preconceituosas em relação aos demais podem ter um final trágico. Nenhuma teoria é capaz de explicar ou provar se esses casos foram causados pelo *bullying*, embora todos estejam, em parte, relacionados. (DA SILVA MATTOS, 2012, p. 72)

Dentre outros ataques que estariam ligados ao atentado em Columbine, destaca-se o massacre que ocorreu na universidade Virginia Tech, localizada na cidade de Blacksburg. O crime que tirou a vida de 33 pessoas aconteceu no dia 16 de abril de 2007 é considerado o ataque com o maior número de vítimas e causou certa desconfiança pela proximidade com a data do atentado à Columbine, 8 anos antes. De acordo com manifestos que o próprio assassino enviou à rede de televisão americana NBC, suas motivações para o ato estavam baseadas no tratamento que recebia de seus colegas. Ainda, mencionou os dois assassinos do Colorado no documento que enviou à imprensa.

Além dos dois casos mencionados, os Estados Unidos são alvos de diversos atentados semelhantes. De acordo com dados do *The Washington Post*, nos anos de 2021 e 2022 foram notificados, respectivamente, 42 e 47 casos de ataques a escolas no país. Assim, de forma a

tentar compreender a razão pela qual estas ocorrências sejam vistas com tanta frequência no espaço norte-americano, além das leis que flexibilizam a venda de armas de fogo, MARQUES (2007) ressalta que:

Massacres desta natureza não costumam ocorrer em sociedades que mantêm uma forte orientação comunitária. Ocorrem, no entanto, com alguma frequência, em sociedades marcadas por um crescente individualismo, pela competição desenfreada, pela erosão das tradições culturais, pela emergência do multiculturalismo étnico e pela generalização da iliteracia moral. (MARQUES, 2007, p. 73).

Mesmo que muitas das discussões que permeiam estes casos estejam no campo da filosofia, da história e da sociologia, muito também é comentado sobre o comportamento da mídia frente a estes crimes. Estes debates mostram-se relevantes quando são avaliados os filmes, séries e documentários que referenciam estes ataques, sobretudo o de *Columbine*.

Assim, compreendendo que os responsáveis por massacres dessa natureza buscam certo reconhecimento por seus atos, a exposição dos crimes torna-se ainda mais problematizável. Dessa forma, conforme descrevem VIEIRA, MENDES e GUIMARÃES (2009, p.498) “a participação da mídia não parece advir apenas dos filmes de ação, mas também da própria mídia jornalística que repetiu durante anos os detalhes da tragédia de *Columbine*, contribuindo assim para que os objetivos [dos atiradores] fossem atingidos”.

Em contexto nacional, mesmo que não aconteçam com a mesma frequência quando em comparação com dados de outros países, o número de ataques armados a escolas chama atenção. De acordo com uma pesquisa da Universidade Federal de Campinas, 24 massacres desta natureza foram notificados nas últimas duas décadas¹. Ainda que as conjunturas brasileiras e norte-americanas sejam distintas em diversos aspectos, a problematização da relação entre mídia e violência em âmbito nacional também faz-se relevante.

Alguns casos de ataques a escolas brasileiras tiveram desfechos trágicos e ocuparam grande parte dos jornais e programas televisivos da época. Dentre estes, pode-se citar o massacre que aconteceu na Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro (RJ). No dia 7 de abril de 2011, um ex-aluno da escola invadiu o local e fez 12 vítimas fatais, dentre as quais 10 eram meninas. As investigações que seguiram o caso

¹ Disponível em:

<https://correio.rac.com.br/campinasermc/estudo-da-unicamp-indica-aumento-de-ataques-em-escolas-1.1357502>

apontaram que o bullying sofrido pelo atirador de 23 anos quando ainda era estudante, situação que corrobora com o raciocínio de DA SILVA MATTOS (2012).

Outro crime da mesma natureza ocorreu na cidade de Suzano (SP), em 2019. Duas funcionárias e sete alunos da Escola Estadual Raul Brasil foram mortos por um homem e uma adolescente no dia 13 de março, de 25 e 17 anos, respectivamente. Sobre as coberturas jornalísticas que divulgaram esta tragédia, BOTÃO, SOUZA e RIBEIRO (2019) retrata certas problematizações sobre a forma como estes crimes são publicizados, na medida em que destacam que

“O discurso jornalístico sobre o massacre acaba indo para o lugar comum com as mesmas questões que observamos em notícias referentes à atentados terroristas. A tragédia, o pânico das vítimas e o luto das famílias ainda são lugar comum no discurso jornalístico. Ainda encontramos fotos das vítimas momentos depois da tragédia, nomes dos autores e pior ainda, audiovisual do ato. O jornalismo carece de uma humanização e compreensão a respeito da anatomia de um massacre.” (BOTÃO, SOUZA e RIBEIRO, 2019, p. 11).

Durante os meses de março e abril de 2023, foram noticiados ataques e tentativas de ataques a escolas em distintas cidades brasileiras. Ainda que, aparentemente, os casos não tivessem ligações diretas entre si, especulou-se que faziam parte de uma cadeia de atentados planejados em todo o território brasileiro, os quais culminariam em atos no dia 20 de abril, mesma data do massacre em Columbine.

Dentre os crimes divulgados neste período, observou-se um alto grau de sensibilização em torno do ataque à creche Cantinho do Bom Pastor, em Blumenau, Santa Catarina. O crime aconteceu no dia 5 de abril e teve quatro vítimas fatais, três meninos e uma menina, com idades entre 4 e 7 anos. A repercussão do caso acarretou mudanças em diversos âmbitos, alterando protocolos escolares, policiais e midiáticos. Assim, neste contexto, reforça-se a relevância dos debates que englobam a postura da mídia em situações de violência.

A partir deste cenário, a presente monografia foi escrita em forma de estudo de caso, com a intenção de avaliar a cobertura midiática do ataque à creche sulista. Este documento divide-se em três capítulos principais. As duas primeiras seções tratam, respectivamente, da relação entre mídia e violência (discussão guiada pela perspectiva do “acontecimento”) e de pontuações sobre coberturas marcantes do jornalismo brasileiro. O terceiro capítulo trata diretamente do caso estudado, analisando abordagens de diferentes programas que noticiaram o mesmo ocorrido.

As justificativas para a escolha do tema deste trabalho encontram-se em dimensões distintas. Considerando a natureza desta monografia, além das razões contextuais e

acadêmicas, anteriormente apresentadas, encontram-se motivações profissionais e pessoais para esta produção.

Em primeiro lugar, busca-se contribuir para a formação de referenciais teóricos que se relacionem aos temas tratados, de maneira a fomentar debates que sejam produtivos e que auxiliem o aperfeiçoamento da prática jornalística. Também dentro do âmbito profissional, este trabalho é motivado por razões contextuais, na medida em que são observadas na atual mídia brasileira situações que possivelmente ferem determinados princípios éticos. Deste modo, foram abordadas determinadas discussões que tratam destes casos.

Finalmente, a escolha do assunto deste trabalho passou também por questões de afetações pessoais, na medida em que foram percebidos diversos incômodos frente a casos de violências veiculados pela mídia e, sobretudo, frente à cobertura midiática da tragédia em Blumenau. Neste sentido, orientada pelas sensações individuais causadas pelos temas tratados, a abordagem afetiva encontra justificativas particulares para integrar as outras metodologias utilizadas nesta monografia na medida em que

o sentir é carregado de experiências e munido de sentidos e significações próprias embasadas na própria vivência do sentidor. Alegrias, tristezas, dores ou prazeres... Cada afeto mobiliza em nós algum significado orgânico, intrínseco à vivência pessoal e, portanto, indissociável do sujeito em questão (ZINI, 2021, p. 18)

Desta forma, uma vez que a seleção do caso para análise neste trabalho foi pautada por motivações e sensibilizações intrínsecas às autoras, é conveniente e fundamental que os debates propostos tenham como elementos norteadores metodologias que sejam encontradas no campo das afetações.

Assim, tem-se como objetivo da produção deste trabalho a promoção de discussões acerca do papel da mídia enquanto disseminadoras de informações ligadas à situações de violência. Também, esta monografia tem o intuito de sugerir e proporcionar reflexões sobre algumas coberturas midiáticas de situações de violência, as quais contam com abordagem que podem e devem ser problematizadas. Assim, essa discussão é proposta também como forma de criticar certos aspectos que não devem ser reproduzidos dentro do âmbito jornalístico. Nesta discussão, seguindo orientações de especialistas, neste trabalho não serão mencionados

² Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/brasil/ameacas-a-escolas-302-presos-1-000-pessoas-ouvidas-e-1-738-investigacoes>

nomes, métodos ou motivações usados pelos responsáveis por chacinas, atentados e massacres. Faz-se necessário, também, salientar que a proposta do trabalho é a análise do comportamento da mídia frente a essas situações, e não a apuração dos casos mencionados.

1- VIOLÊNCIA, MÍDIA E ACONTECIMENTO

No dia 18 de abril de 2023, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva mencionou uma possível relação entre os famosos jogos de tiro e o crescimento da violência nas escolas brasileiras, alegando que, por passarem grande parte do tempo consumindo esses jogos, as crianças e adolescentes estão sendo negativamente influenciados. Mesmo que a fala seja polêmica (e, segundo alguns, até mesmo falaciosa) e que os *videogames* façam parte do campo da ficção, a discussão também é relevante para a análise do consumo diário de assuntos relacionados à violência e do comportamento da mídia em relação a estes episódios, na medida em que a forma e a frequência com a qual os meios de comunicação veiculam notícias sobre violência podem ser problematizadas.

Esta argumentação encontra respaldo no raciocínio de PORTO (2002, p.160) que diz que “os meios de massas, se não são diretamente responsáveis pelo aumento da violência e da

criminalidade, seriam, quando menos, um canal de estruturação de sociabilidade violenta já que aí a violência é, não raro, apresentada como um comportamento valorizado”. Deste modo, já que a ligação entre mídia e violência pode ser conturbada e gerar efeitos negativos, propõe-se uma reflexão sobre os diversos aspectos que permeiam esta relação.

Ainda que a presente discussão pareça a alguns infrutífera ou desnecessária, os motivos para este debate podem ser sustentados pela argumentação de SODRÉ (2002), na medida em que ressalta que

O aumento exponencial da violência, em todas as suas formas, (...) assim como o primado avassalador dos meios de comunicação sobre as formas de acesso de jovens e adultos às regras de relacionamento intersubjetivo no espaço social, coloca continuamente a mídia senão, o tipo de organização social afim à mídia, no centro das interrogações sobre o fenômeno da violência. (SODRÉ, 2002, p.9)

Este raciocínio ilustra a grande responsabilidade da mídia enquanto disseminadora de informações e ressalta a importância da discussão acerca da maneira como a violência é por ela veiculada.

A violência na mídia pode ser percebida por meio de programas e reportagens que veiculam informações sobre crimes como assaltos, sequestros, assassinatos, vandalismos, dentre muitos outros delitos. No entanto, mesmo que estas infrações sejam frequentemente observadas na mídia e na sociedade, nem todos os casos são investigados com a mesma profundidade ou sequer são notificados. Dessa forma, pode-se compreender que apenas determinadas violências ganham destaque e são midiaticizadas, situação esta que acaba por desconsiderar outros episódios que não são publicizados.

Uma razão para que apenas determinadas situações sejam destacadas está na definição da relevância dos fatos. O termo “acontecimento” é trabalhado por FRANÇA (2012), sendo descrito como

fatos que ocorrem a alguém; que provocam a ruptura e desorganização, que introduzem uma diferença. Eles fazem pensar, suscitam sentidos, e fazem agir (têm uma dimensão pragmática). E tais ocorrências curto-circuitam o tempo linear; ocorrendo no nosso presente, eles convocam um passado e re-posicionam o futuro.(FRANÇA, 2012, p. 14)

O episódio que se encaixa neste conceito é responsável por gerar certos tipos de reações e afetações, além de romper com a normalidade, alterando a temporalidade de forma a dividi-la em “antes” e “depois” de sua ocorrência. Como complementação ao raciocínio

citado, pode-se mencionar as ideias de QUÉRÉ (2010), já que descreve que os acontecimentos tornam-se fontes de compreensão e sentido dos afetados pela sua ocorrência:

Nessa perspectiva, em que o acontecimento vem antes dos sujeitos e das situações, é o que ele se torna através de seu percurso, e os efeitos de sentido que produz, que contribuem para individualizá-lo. É nesse sentido que se pode falar de um poder hermenêutico do acontecimento (QUÉRÉ, 2010, p. 35)

Neste sentido, a partir do reconhecimento destes atributos e da definição tratada pela autora, é possível compreender a grande influência (talvez inconsciente) da conceituação deste termo na mídia. Em outras palavras, são os casos tratados como acontecimentos que ganham espaço nas esferas comunicacionais e geram repercussões em diversos âmbitos.

Também relevantes à discussão são as questões que envolvem a naturalização da violência na sociedade. Casos de furtos, brigas no trânsito, agressões, por exemplo, tornaram-se habituais ao ponto de não mais soarem tão impactantes aos indivíduos imersos em contextos violentos. Deste modo, por não gerarem mais as já citadas afetações, perdem o posto de “acontecimentos”, uma vez que, para que um caso seja categorizado desta maneira, “é necessário que ele seja saliente para um observador em um entorno, que se torne um objeto de atenção e de observação sob um aspecto particular”. (QUÉRÉ, 2012, p. 23-24), o que acaba por explicar o porquê de repercutirem de forma diferentes. Assim, a veiculação midiática de determinados crimes restringe-se a noticiários de menor audiência, ocupam pouco tempo de tela e seus desdobramentos quase não são publicizados, já que os espaços que haviam anteriormente sido destinados às suas divulgações serão ocupados por outros delitos.

Ainda relacionada à naturalização da violência, encontra-se também a naturalização de determinados agentes de atos criminosos, por meio de estereótipos possivelmente endossados pela mídia. Neste sentido, sobressaltam-se, principalmente, os indivíduos negros, periféricos e de baixa renda. Assim, por meio de um imaginário perpetuado com o auxílio da mídia, a parcela da população que se encaixa neste padrão vê-se frequentemente associada à criminalidade.

A partir da observação da veiculação de conteúdos de violência na televisão, percebe-se certo padrão quanto aos tipos de delitos noticiados na atualidade, dentre os quais destacam-se os casos de violência urbana. De acordo com ROCHA e LIMA (2014) os espaços urbanos tornaram-se locais dos mais diversos tipos de disputas. Neste contexto, muitas famílias, movidas pelo sonho de uma vida melhor, ao chegarem nas grandes cidades, se deparam com uma realidade bem diferente em comparação às expectativas criadas em seus imaginários. A

partir desta noção, com quebra das promessas de melhores condições de vida nestes centros, “vários fenômenos específicos do espaço urbano passaram a demonstrar que, ao contrário de uma ordenação racional, as grandes cidades podem ser encaradas, por excelência, como o espaço do caos, da desordem” (COSTA, 2004, p. 85). Uma das consequências desta situação é a violência urbana.

Deste modo, é preciso que os profissionais atuantes na área da comunicação estejam preparados para que os fatos e informações que permeiam estes acontecimentos sejam transmitidos de maneira coerente, sensível e humana. Este raciocínio mostra-se justificado por noções tecidas por TONDATO, 2007, quando diz que a violência urbana, é “o formato mais explorado pelos meios de comunicação, que procuram racionalizar situações, enquadrando acontecimentos nos modelos hegemônicos, estereotipados, resultando, na maioria dos casos, na banalização” (p. 127). Assim, observa-se a necessidade da discussão acerca de caminhos a serem tomados para que os casos noticiados sejam tratados de maneira respeitosa, com atenção às suas particularidades.

Mesmo que os argumentos supracitados sejam relativos a casos de violência urbana, as reflexões propostas estendem-se à veiculação de todos os delitos que forem publicizados. Neste contexto, também é de extremo valor a discussão acerca da relação entre sociedade e a violência veiculada diariamente. Sendo a mídia parte integrante do cotidiano social como instituição coletiva (FRANÇA, 2012), espera-se que os acontecimentos observados na contemporaneidade sejam refletidos nos conteúdos veiculados por seus dispositivos. Assim, se os casos de violência são frequentemente notados na sociedade moderna, serão também estampados com certa constância nas publicações produzidas pelos meios de comunicação. Ainda que nem todos os crimes sejam veiculados, percebe-se que ocupam espaços significativos nos veículos comunicacionais. Em relação a este raciocínio, faz-se notória a necessidade do debate que envolve o papel da mídia na divulgação de delitos.

Assim como retrata Marcia Tondato (2007), se antes criminosos e ladrões andavam junto com colonizadores e desbravadores na era das grandes navegações, hoje são o progresso tecnológico e as possibilidades de comunicação os quais trabalham juntos para disseminar atos violentos. Considerando esta lógica, pode-se analisar o poder que os meios de comunicação possuem no que se relaciona à propagação de ideias. Desta maneira, cabe uma avaliação cuidadosa do papel disseminador da mídia, principalmente quando utilizado para a veiculação de notícias e informações ligadas a casos violentos. Assim, é possível observar a atenção que deve ser dada a situações jornalísticas que envolvem violência, “especialmente, pela ênfase dada pelos meios de comunicação, pelo modo como é representada, pela

tendência a cativar o espectador e por estar intrinsecamente ligada ao modo como um indivíduo relaciona-se com os demais.” (CASAGRANDE e PERUZZOLO, 2012, p 239).

Quando algumas coberturas sobre casos de violência são analisadas, é possível perceber certa espetacularização em torno dos acontecimentos. Guy Debord (1991) define este conceito como a mediatização das relações sociais. Em sua obra “Sociedade do Espetáculo”, Debord descreve que “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens.” (DEBORD, 1991). Neste sentido, passa a abordar e criticar uma possível supremacia da cultura visual, na qual as imagens fazem-se influentes a ponto de transformarem a vida em sociedade. Também de acordo com o autor, “Toda a vida das sociedades, nas quais reinam as modernas condições de produção, se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, 1991, p.13).

Assim, a partir da problematização supracitada, é possível perceber que diversos programas, que muitas vezes são tratados como informativos, têm como objetivo “espetacularizar” a violência. São exemplos desta categoria: *Brasil Urgente*, *Alerta Nacional*, dentre outros, nos quais

a linguagem utilizada pelos repórteres busca envolver o telespectador: sensacionalista, simples, de fácil entendimento, sem uso de termos técnicos, o oposto da comunicação utilizada em outros telejornais mais sofisticados. O jornal é transmitido ao vivo, mas as notícias são editadas, com uma priorização de cenas que causam impacto e indignação diante do crime (DE JESUS, FARIAS, 2022, p. 84).

Estes programas dedicam-se a mostrar casos de violência durante a maior parte do tempo em que estão no ar, abusando de performances sensacionalistas por parte de seus apresentadores. Portanto, essas programações podem ser definidas como

Um conjunto de elementos, como dramatizações e especulações sobre a vida particular das pessoas envolvidas nos casos apresentados – mesmo que as informações fornecidas não tenham relações com o que está sendo apresentado – misturados com itens do jornalismo ocupam constantemente o espaço televisivo. (TONDO, NEGRINI, 2009, p. 2).

Em outras programações, tais como *A Tarde é Sua* e *Hoje em Dia*, os apresentadores dedicam-se a apresentar e comentar os fatos, não de maneira chocante ou apelativa como os programas previamente citados, mas conduzindo as discussões de modo a torná-las mais amenas. Até mesmo as posturas dos jornalistas mostram-se opostas. Enquanto apresentadores

como José Luiz Datena e Sikêra Júnior mantêm-se de pé, caminhando pelo espaço de gravação de maneira a revelarem portes e gestos que contribuem para o caráter sensacionalista do tipo de jornalismo que se propõem a fazer, os estúdios dos programas de Ana Hickmann e Sônia Abrão são decorados com sofás e cadeiras, para que mantenham-se sentadas, de maneira a criar certo tom de informalidade. Apesar de certos delitos receberem um tipo de cobertura especial, quando abordam casos “menos chocantes”, estes programas conduzem as discussões de modo que acabam por tratar os casos de violência como acontecimentos ordinários. Neste contexto,

Especialistas são convidados a analisar os casos em ambientes que simulam uma conversa entre amigos, como uma tarde de domingo ou uma conversa depois do trabalho. Em um clima informal, a violência é apresentada como um elemento comum ou banal, e entre o horror, o escândalo, a raiva e o medo, o telespectador não consegue se livrar do assunto, que já agenda a conversa no ônibus, no condomínio, no clube ou no trabalho. (CARVALHO, FREIRE, VILAR, 2012, p. 436)

Assim, mesmo que não sejam os meios de comunicação os responsáveis por, necessariamente, incitar a violência, é possível que sejam considerados culpados por sua banalização.

Como exemplo mais recente e com um modelo que se difere dos programas citados previamente, tem-se a volta do programa *Linha Direta*, veiculado pela Rede Globo. Seu retorno à programação no dia 4 de maio de 2023 foi marcado pela cobertura do Caso Eloá. As versões originais do programa eram conhecidas pelo tom aterrorizante com o qual os casos eram mostrados e pelas dramatizações dos crimes. Mesmo que a nova versão tenha outro formato e, segundo o novo apresentador Pedro Bial, tenha o objetivo de “provocar reflexões”, a própria volta do programa e a escolha de investigar um caso que teve seu desfecho há 15 anos geram discussões sobre como a mídia ainda procura determinar espaços para repercutir histórias violentas e transformar em espetáculo a dor e o desespero dos envolvidos.

Tendo como base o conceito previamente citado de “acontecimento”, encontra-se a justificativa teórica para o uso destes rompimentos como lentes teóricas no presente trabalho, as quais proporcionam elementos norteadores para as problematizações apresentadas, na medida em que

o acontecimento oferece ricos elementos teóricos para pesquisas que buscam indagar sobre os sentidos sociais produzidos e que circulam a partir de determinada ocorrência. Um fato político, como a posse de um presidente, uma manifestação de rua ou a implementação de uma política pública geram

diferentes sentidos materializados em variadas formas discursivas, oralizadas (como bate-papos na parada de ônibus) ou impressas em imagens e palavras veiculadas pela mídia. (FRANÇA, LOPES, 2017, p. 77).

Outra questão que se relaciona ao tema está ligada ao interesse do público em consumir conteúdos que abordem violência. Neste caso, afastam-se da discussão os conteúdos violentos encontrados em filmes, jogos, livros ou outras obras de ficção, restringindo as seguintes reflexões ao que é noticiado pela mídia sobre acontecimentos reais. Assim, de acordo com CARVALHO, FREIRE, VILAR, (2012),

A cultura da violência é promovida pela mídia como uma resposta ao cotidiano social que busca combater a rotina, proteger-se e livrar-se do perigo, em uma negação que equivaleria a uma pessoa dizer 'ainda bem que não aconteceu comigo'. Não importa mais a informação, mas o quanto o elemento violência é capaz de ser mantido a fim de expiar a angústia dos indivíduos. (CARVALHO, FREIRE, VILAR, 2012, p. 436)

Como consequência, segundo os autores, a mídia perde alguns de seus atributos, tais como aqueles relacionados à prevenção e à educação do público no que se relaciona à luta contra a violência e demais crimes. Deste modo, fazem-se compreensíveis algumas das razões pelas quais este tipo de conteúdo é produzido, já que causa um efeito no público e gera retorno aos meios midiáticos.

Assim, compreendendo também a lógica mercadológica da mídia e que esta tem o objetivo de “vender” seu conteúdo, alguns autores defendem que as notícias veiculadas teriam que ser comoventes e convincentes, mesmo que fossem, superficialmente, sensacionalistas, já que são, certamente, mercadorias do espetáculo (DUARTE, NOGUEIRA, 2018), argumento este que pode ser considerado uma justificativa para a veiculação frequente de casos relacionados à violência. De acordo com este raciocínio, “a violência passa ser consumida num movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, ainda que como representação.” (PORTO, 2002, p. 163).

Desta maneira, bem como ressaltam CARVALHO, FREIRE, e VILAR (2012), “A transformação da informação em produto exige que ela assuma as características associadas a qualquer processo industrial: a necessidade de uma relação econômica entre o que é produzido e aqueles que consomem essa produção” (p. 436). A partir desta circunstância, a mídia torna-se desvinculada das funções e expectativas sociais que lhes são previamente atribuídas.

A partir da análise da bibliografia dos assuntos explorados neste trabalho, pode-se perceber que muitos autores afirmam que há uma inegável influência da mídia em contextos sociais e culturais. Acreditamos que esta influência encontra-se intensificada por vivenciarmos um contexto de “mídiatização”. Como maneira de explicar a origem dessa interferência nas mais diversas esferas, HJARVARD (2012) defende que

Uma parte significativa da influência que a mídia exerce decorre do fato de que ela se tornou uma parte integral do funcionamento de outras instituições, embora também tenha alcançado um grau de autodeterminação e autoridade que obriga essas instituições, em maior ou menor grau, a submeterem-se a sua lógica.(HJARVARD, 2012, p. 54)

Desta forma, a contemporaneidade encontra-se atrelada aos elementos midiáticos e suas muitas funções. Mais do que isso, os diversos âmbitos da vida social encontram-se interligados e reelaborados pelas lógicas da mídia, assim como esta última também recebe constantes reconfigurações em razão de seu atravessamentos pelos diversos campos e instituições sociais.

Compreendendo que os avanços midiáticos foram acompanhados, também, por avanços tecnológicos, o fenômeno da mídiatização influencia o jornalismo na medida em que as formas de produção de conteúdo tiveram seus agentes, técnicas e abordagens modificados por diversas inovações, alterando a relação entre as posições de produtor e receptor de informações. Contudo, algumas destas mudanças não mostram-se necessariamente positivas. A partir da mídiatização presente nas relações sociais, a atividade jornalística pode acabar contribuindo para a perpetuação e solidificação de imaginários estereotipados, resultando, por exemplo, em abordagens veiculadas de maneira desumanizada.

Finalmente, é possível observar que são muitas as questões que conectam violência e mídia. Neste sentido, em contribuição com a presente reflexão, CASAGRANDE e PERUZZOLO (2012) apresentam pontos de congruência entre os raciocínios descritos por diversos autores no que se refere à relação entre violência e meios de comunicação.

Primeiro: existe uma relação muito forte entre mídia e violência. Tal fenômeno é uma importante fonte de noticiário e faz parte da lógica midiática; segundo: a mídia influencia a interpretação individual acerca da violência através do modo como a representa; terceiro: ocorre uma espetacularização da violência; quarto: o interesse dos meios é que o ser humano consuma violência. (CASAGRANDE e PERUZZOLO, 2012, p.254)

A partir destas análises, cabe a interpretação de que a mídia carrega grandes responsabilidades enquanto disseminadora de casos de violência. Contudo, é possível perceber que, por diversas vezes, sua capacidade de transmissão de informações não é bem explorada. Tal como ressaltam RAMOS e PAIVA (2008), um exemplo desta abordagem encontra-se no fato de que a cobertura jornalística brasileira dispõe-se a divulgar os fatos violentos sem a preocupação de tentar preveni-los. Assim, dizem que: “Na maior parte do tempo, ela [a mídia] corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor”. (RAMOS e PAIVA, 2008, p. 39). Dessa forma, unindo competências e deveres da mídia, compreende-se certa necessidade de mudanças acerca da abordagem midiática ao tratar da cobertura de casos violentos e de seus desdobramentos, alterações estas visando à contribuição dos veículos de informação para que esses acontecimentos tornem-se menos frequentes.

2- COBERTURAS DE VIOLÊNCIA NA TV BRASILEIRA - PONTUAÇÕES SOBRE CASOS MARCANTES

Desde a sua invasão e colonização, a história documentada do Brasil é marcada por violências. Além da evidente inferiorização dos povos originários, exemplificada pelo apagamento de seus costumes e crenças, bem como o massacre deste mesmo povo, e do uso abundante de mão de obra escrava, as noções eurocêntricas trazidas pelos colonizadores, baseadas, principalmente, na universalidade, nos dogmas positivistas e no método científico, acabaram por consolidar um raciocínio que se vê presente até a atualidade. Muitas das violências físicas e sociais, frutos da perpetuação dos eurocentrismos previamente citados, viram-se refletidas, também, na imprensa, uma vez que este pensamento

delineou as noções de verdade e credibilidade assentada em uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos, partindo da negação/interdição da subjetividade nos

processos cognitivos e baseando seus métodos e técnicas em estratégias (como a verificação e a prova empírica) típicas do cientificismo moderno. (MORAES, 2019, p. 2)

É possível perceber a abordagem falha da mídia em diferentes situações, nas quais esta acaba por privilegiar somente o repasse de informações sem que haja preocupações referentes aos sujeitos das narrativas. Esta afirmação mostra-se evidente, por exemplo, quando se avalia a forma como os indígenas brasileiros são tratados nos poucos espaços jornalísticos que lhes são destinados. Frequentemente, quando assuntos como os conflitos por terras e a situação precária das aldeias são mencionados em jornais e reportagens, os originários são retratados como invasores e inconvenientes, situação que acaba por salientar a falta de respeito aos protagonistas dessas narrativas. (IJUIM, 2014). Esta situação pode ser exemplificada a partir da análise de uma reportagem produzida pelo *Diário do Poder*, na qual os povos indígenas são tratados como obstáculos para o crescimento da exploração de recursos.

A possível razão para que o jornalismo brasileiro apresente posturas questionáveis está na sua origem, uma vez que, em seus primórdios, a imprensa nacional foi fortemente influenciada por pensamento colonialistas. Neste contexto, é relevante lembrar que as bases do Jornalismo Moderno foram estabelecidas no século XIX, com a instituição da imprensa como empresa. Nesse período, a Europa encontrava-se em um grande crescimento demográfico, cultural e socioeconômico, contexto que exigia uma comunicação mais ágil e com mais informações da realidade, Como consequência dessa demanda, a imprensa adotou o rigor científico como base para a apuração dos fatos, o que resultou no aumento da precisão dos dados. Esta posição, entretanto, provocou na imprensa um desvio fundamental, já que era costume da Ciência Moderna reduzir os fatos sociais às dimensões observáveis e mensuráveis, privilegiando a relação sujeito-objeto, provocando uma coisificação dos fenômenos, e conseqüentemente, uma caracterização do ser humano. (IJUIM, 2017). Dessa forma, influenciada por tais pensamentos, a imprensa nacional firma suas bases em raciocínios universalistas e que acarretam conseqüências para a sociedade contemporânea a partir da naturalização desses ideais, situação esta que se consagra relevante uma vez que “as marcas da modernidade nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas maneiras como a realidade e os sujeitos podem ser percebidos e narrados como uma forma de conhecimento social” (MORAES, 2019, p. 5).

Assim, a partir desta característica histórica do jornalismo brasileiro, é possível compreendê-lo no contexto da modernidade, no qual tende a assumir

uma postura que privilegia o fato em detrimento da circunstância, valoriza as consequências e menos as causas, o espetáculo e menos as dores e os sofrimentos humanos. Por essas razões, este tratamento informativo desumaniza as reportagens e, acima de tudo, desqualifica grupos sociais. (IJUIM, 2014, p 13).

Esses marcadores de desumanização do jornalismo encontram-se presentes na imprensa atual, conjuntura esta exemplificada pelas coberturas midiáticas de atos de violência. A partir dessa afirmação, faz-se notável constatar que, apesar do reconhecimento destas características no jornalismo moderno, as presentes discussões foram propostas não com o objetivo de que as desumanizações fossem justificadas, mas sim, de criar um espaço de reflexão para que sejam combatidas.

Finalmente, para que as discussões a seguir se deem de maneira harmônica e coesa, é necessário que algumas escolhas sejam devidamente explicadas e justificadas. Em primeiro momento, com o objetivo de evitar possíveis divergências entre as ideias apresentadas na parte introdutória, é notória a necessidade de debater as questões em torno da divulgação dos nomes dos sujeitos participantes dos casos mencionados. Assim, as reflexões sobre os crimes que já tiveram suas informações amplamente divulgadas contarão com os nomes dos agentes e dos indivíduos que participaram dos acontecimentos. Seguindo este raciocínio, serão omitidos os nomes de quaisquer envolvidos que poderão ser postos em vulnerabilidade com a publicação dessas informações.

Ainda sobre as elucidações para as discussões seguintes, é necessário salientar os motivos para que fossem as produções televisivas as escolhidas para as análises. Desta forma, ressalta-se uma pesquisa feita recentemente pela *Kantar Media* que mostra a atual relevância da televisão para os brasileiros. Nesta consulta, os consumidores de TV aberta somam quase 85% dos entrevistados, situação que ilustra o quão expressiva é a presença dos aparelhos nos lares nacionais. Neste sentido, pode-se relacionar estes resultados a uma possível soberania das televisões sobre outros meios midiáticos no que se relaciona ao alcance das informações divulgadas. Também, relaciona-se à escolha desse meio questões sociais e históricas, traduzidas nas palavras de (BARBEIRO; LIMA, 2002) quando dizem que

a TV está profundamente mergulhada nas transformações sociais do início do século XXI e ao mesmo tempo em que sofre suas influências, contribui para que elas se processem. A televisão é a janela para o eterno e o presente, registra cenas da história da humanidade imaginadas apenas nos filmes de ficção. (BARBEIRO; LIMA, 2002, p. 13)

Assim, por questões de acessibilidade e potencialidade, fundamenta-se a escolha das produções televisivas como objetos principais das reflexões a seguir. Por fim, justifica-se a seleção dos casos mencionados pela relevância que tiveram, no que se refere à visibilidade e à participação midiática. Faz-se notório salientar que o objetivo do capítulo não se encontra na documentação dos casos de violência em sua totalidade, e sim, avaliar a postura da mídia com relação à cobertura dos delitos que foram considerados os mais significativos para a análise.

2.1- Participação ativa da mídia durante o acontecimento

Algumas das mais chocantes tragédias brasileiras tiveram uma influência descomunal da mídia enquanto seus desfechos ainda não se mostravam próximos. As intensas coberturas jornalísticas ao vivo podem ser avaliadas como peças-chave para as conclusões e desdobramentos destes quadros, acabando, também, por aproximar os espectadores.

Os crimes listados a seguir apresentam similaridades quando avaliados sob o ponto de vista do Direito. De acordo com a ótica penal, pelas características observadas, os casos enquadram-se em crimes permanentes, os quais são definidos pela sua duração. Conforme este conceito, os indivíduos envolvidos encontram-se em situações que ferem a conduta lícita durante todo o período em que o delito ainda não tenha sido solucionado. Assim, é o agente da infração a ditar a sua duração.

Considerando as particularidades destes casos, percebe-se a mobilização da mídia para que os momentos citados fossem registrados e veiculados em tempo real, influenciando no desfecho dos casos por meio de uma participação constante no que se relaciona à divulgação de informações. Por consequência, é cabível a interpretação de que a mídia foi uma das responsáveis por transformar estes casos em “acontecimento”, na medida em que os veículos de comunicação foram atores ativos enquanto o crime acontecia.

2.1.1- Ônibus 174

No dia 12 de junho de 2000, Sandro no Nascimento, em posse de uma arma de fogo, fez reféns os 10 passageiros do ônibus 174, que seguia para o Jardim Botânico, na zona sul do Rio de Janeiro. O crime teve um desfecho trágico, quando o sequestrador desceu do coletivo juntamente com Geisa Firmo Gonçalves, para a qual apontava uma arma. Durante a conversa com a polícia, um soldado do BOPE aproximou-se de Sandro e disparou sua arma, atingindo a refém, que recebeu mais três tiros do sequestrador. A passageira foi socorrida,

mas faleceu em decorrência dos tiros. Sandro morreu a caminho do hospital, mas, segundo investigações posteriores, foi asfixiado dentro do carro da polícia.

As quase cinco horas de sequestro e negociações entre a polícia e o transgressor foram filmadas, fotografadas e noticiadas em diversos veículos de comunicação. Emissoras hoje dizem com certo orgulho que cobriram todos os acontecimentos ao vivo, que apresentavam detalhes sobre o caso durante uma cobertura ininterrupta, que têm gravações do momento do assassinato de Geisa e de quando foi socorrida. As imagens do sequestrador asfixiado dentro do carro da polícia e da refém sendo baleada estão disponíveis a qualquer indivíduo que se disponha a pesquisá-las.

Nem mesmo os reféns se viram longe das câmeras. É possível encontrar imagens das mulheres liberadas por Sandro rodeadas por microfones, logo após o incidente. Uma delas, Janaína Lopes, que teve sua morte simulada pelo sequestrador com o objetivo de apressar a polícia, foi filmada enquanto ligava para a família. Assim, um momento que deveria estar restrito a pai e filha foi interrompido e televisionado por grandes emissoras.

A estrutura das transmissões do ocorrido também foi modificada: repórteres dedicaram-se a divulgar informações sobre os desdobramentos do caso, tais como as confirmações das mortes e os tribunais que aconteceram após a tragédia. O caso mostrou grande impacto na mídia e nos telespectadores e foi também registrado em forma de filmes e documentários. Sobre esta participação da mídia, ELEUTÉRIO (2011) afirma que

naquele dia, não só Sandro e os seus reféns ficaram presos dentro daquele ônibus, mas quase toda a população do Brasil, uma vez que a mídia dos horrores cumpria seu macabro papel de focalizar e explorar a tragédia daquele espetáculo nos seus mínimos detalhes. Mídia e população plenamente saciadas. (ELEUTÉRIO, 2011, p.154)

Ainda neste contexto, faz-se relevante citar que a relação entre a cobertura midiática e o trabalho da Polícia pode ser conturbada. Em vídeos veiculados pela Rede SBT, a repórter Renata Affonso, que estava no local do sequestro, relata que os jornalistas não poderiam usar qualquer tipo de iluminação para as gravações. O pedido veio dos policiais, que temiam que as luzes pudessem alarmar o sequestrador, demonstrando como o serviço informativo da mídia pode interferir negativamente nas resoluções de conflitos que são destinadas à Polícia.

Finalmente, não se pode ignorar as questões sociais e raciais que permeiam o caso e a forma como foi divulgado. As coberturas jornalísticas e as produções midiáticas produzidas após o acontecimento acabam, de alguma forma, por reforçar determinados estigmas em torno do agente. Sobre esta questão, SANTANA (2019), ressalta que

a potência da narrativa fílmica nos leva à construção e veiculação discursiva estereotipada sobre a ‘origem dos males da violência’ no Brasil: a história do homem pobre, negro, vítima das relações desiguais de acesso à educação e saúde, submerso em cenários de violência e criminalidade. O encadeamento entre cinema, audiovisual, criminalidade e relações de poder estão, não somente numa mesma chave imagética, mas do mesmo campo de memória - os efeitos e ecos de memória - que nos levam ao discurso sobre a violência no Brasil. (SANTANA, 2019, p.645)

Nesta presente discussão, faz-se notório destacar o documentário "Ônibus 174" produzido por José Padilha, que conta a história do caso e também da vida de Sandro. Nesta peça jornalística, dramática e documental, momentos marcantes da vida do sequestrador são citados e aprofundados, tais como a morte de sua mãe e a noite da Chacina da Candelária, da qual foi um dos sobreviventes. Neste sentido, sobre a maneira como o documentário foi produzido, SOUZA (2019) comenta o trabalho de José Padilha, afirmando que:

Por meio desse material, organizado numa montagem que constantemente vai ao passado e volta ao presente, o filme narra o sequestro e, ao mesmo tempo, elabora uma história para Sandro, que, pelas lentes das transmissões ao vivo, era apenas um marginal na tentativa de levar o sequestro adiante. (SOUZA, 2019, p.4)

A partir das reflexões da autora, é possível compreender algumas diferenças entre as escolhas jornalísticas e cinematográficas no que diz respeito às montagens das notícias veiculadas nos telejornais e da peça documental previamente citada. Ambas as abordagens podem ser problematizadas, na medida em que, enquanto as reportagens podem acabar por reforçar estigmas e estereótipos em relação ao agente do crime, os filmes e documentários correm o risco de romantizar a figura do criminoso ou a própria ação ilícita.

2.1.2- Caso Eloá

Eloá Cristina Pimentel foi feita de refém por seu ex-namorado, Lindemberg Fernandes Alves, em sua própria casa, no dia 13 de outubro de 2008. O sequestro foi a reação do rapaz frente ao término do relacionamento com a adolescente de 15 anos. Inicialmente, Eloá estava acompanhada de três colegas, sendo um deles Nayara Rodrigues da Silva, sua amiga próxima, quando Lindemberg invadiu o local, armado, onde permaneceria durante as próximas 100 horas. Este é considerado o maior caso de cárcere privado registrado no estado de São Paulo.

Os dois outros estudantes presentes logo foram liberados, mas Nayara permaneceu no apartamento até a noite do dia seguinte, quando foi, finalmente, liberada pelo sequestrador.

No dia 16, contudo, a amiga foi enviada de volta ao apartamento de Eloá para uma possível negociação com Lindemberg para a soltura de Eloá, mas foi, novamente, feita refém.

Por volta das 18h do dia 17 de outubro, o apartamento onde o crime acontecia foi invadido pela Polícia Militar, que entrou em confronto com o rapaz. Lindemberg atirou contra as adolescentes, atingindo Nayara no rosto e Eloá na cabeça e na virilha. Após serem socorridas, foram levadas ao hospital. Nayara tinha um quadro considerado “bom” pela equipe médica, mas o estado de Eloá era grave. O sequestrador saiu do local algemado e foi preso. No dia 18 de outubro, 5 dias após o início do sequestro, Eloá, que se encontrava em coma irreversível, recebeu o diagnóstico de morte cerebral.

O papel da mídia no desenrolar e no desfecho do caso é muito comentado e, na maior parte das vezes, é criticado negativamente. Este posicionamento pode ser considerado um tipo de mudança nos padrões de cobertura, bem como ressaltam ALBERNAZ e CALDEIRINHA (2009), na medida em que afirmam que a cobertura brasileira sobre segurança pública passou de uma cobertura policial, que se restringia a reproduzir informações de boletins de ocorrência, para uma cobertura um pouco mais profunda e aprofundada do assunto. Os resultados desta mudança podem ser vistos quando avalia-se o entorno da residência de Eloá, o qual foi preenchido por carros, vans de emissoras de televisão, repórteres e câmeras, que vigiavam incansavelmente a janela do apartamento, onde a refém apareceu poucas vezes para tentar se comunicar. As imagens do sequestro foram amplamente divulgadas, fazendo parte da programação dos mais diversos canais de televisão, bem como filmagens que mostravam o local do sequestro em tempo real. Lindemberg, que tinha acesso a um aparelho televisivo, sabia que seu crime estava sendo transmitido para todo o Brasil e orgulhava-se disso. Assim, avaliando a cobertura do caso sob a ótica da função midiática de transmissão de informações, afirma-se que

A televisão, em diversos momentos, perde sua função de informar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade e passa a se preocupar com a boa aceitação de seu produto pelo público. O telespectador deixa de ser receptor e passa a ser consumidor das informações. A lógica do mercado torna a ética jornalística produto ultrapassado. (SAMPAIO, 2010, p 13).

Faz-se necessário refletir sobre as medidas tomadas pelas emissoras no que tange à divulgação de imagens e informações. É nítido que, em situações como esta, o lado humano do jornalismo é omitido, de maneira a enfatizar radicalmente seu lado informativo, contribuindo para a manutenção de uma apuração jornalística desumanizada (IJUIM, 2009). As imagens ao vivo do apartamento de Eloá ilustraram, com uma frequência incomum,

programações matinais e noturnas, enquanto os apresentadores pareciam querer fazer parte da solução do caso, não por se sensibilizarem pela adolescente ameaçada, mas sim por procurarem um furo jornalístico ou alguma informação com exclusividade que levasse ao aumento da audiência de seus programas. A apresentadora do programa da RedeTV! “A Tarde é Sua”, Sônia Abrão, chegou a ligar diretamente para o sequestrador, ao vivo, agindo de maneira irresponsável e, possivelmente, interferindo na solução do caso. Quanto a esta conjuntura, BARROS, THADDEU e PEREIRA (2013) afirmam que

A partir da participação da jornalista como agente negociador, é possível identificarmos a espetacularização da audiência, visto que o sensacionalismo pesado em cima do caso foi a arma certa utilizada pela emissora, produção e direção do programa. Visto que desta forma foi possível auferir mais alguns números no Ibope, que reflete diretamente na publicidade e retorno comercial da atração e, conseqüentemente, também, da rede televisiva. Em um primeiro momento, é possível identificar o papel de jornalista de Sônia ao apresentar um furo de notícia. Num segundo momento, a jornalista atravessa a esfera de apresentadora e se insere no âmbito policial como negociadora. (BARROS, THADDEU e PEREIRA, 2013, p.360)

Ainda neste âmbito, faz-se relevante mencionar que outros profissionais, sabendo que Lindemberg tinha acesso à televisão e acompanhava a mídia, chegavam a “implorar” para que o sequestrador soltasse a adolescente.

Também, é possível tecer críticas à maneira como o sequestrador foi descrito pela mídia. Muitos veículos optaram por evidenciar determinadas características de Lindemberg, dizendo que era um rapaz “trabalhador”, “tranquilo” e “sem histórico”. Dessa forma, talvez de maneira inconsciente, passaram a tratá-lo como um “romântico”, e não como um criminoso (o que acabaria por amenizar, futuramente, outros casos de violência contra a mulher, por serem considerados crimes “passionais”).

Nem mesmo o momento de luto da família mostrou-se liberto dos olhares vigilantes das câmeras e dos quase 40 mil moradores da região metropolitana de São Paulo que acompanharam o velório de Eloá, segundo a Guarda Municipal de Santo André. Mais uma vez, imagens ao vivo amplamente divulgadas tornaram público um momento que deveria ter sido respeitado e restrito aos familiares e amigos da vítima.

Hoje, 15 anos após o acontecimento, o Caso Eloá ainda é lembrado por muitos por mostrar o despreparo, não só da Polícia, mas também do então jornalismo brasileiro quanto à cobertura de grandes tragédias.

2.2- Participação ativa da mídia após o acontecimento

Em contraste com os outros casos mencionados, existem momentos em que a mídia mostrou-se empenhada em veicular informações sobre fatos que já haviam acontecido. De maneira geral, pode-se afirmar que essa discrepância em relação aos episódios citados anteriormente deve-se à diferença das naturezas dos crimes. Os delitos apresentados na continuação deste trabalho encaixam-se em crimes instantâneos de efeitos permanentes. Por definição, estão inseridos nesta categoria os casos onde a infração chega a um fim, mas suas consequências perduram, tais como homicídios, os quais não permitem aos seus autores que reduzam seus efeitos após sua conclusão. Dessa forma, cabe à mídia apenas a cobertura dos desdobramentos dos delitos em apuração.

Na presente discussão, são salientados casos que exigiram grandes investigações para que fossem solucionados. Assim, percebe-se que a mídia toma uma posição participativa por meio de entrevistas, simulações e programações dedicadas aos crimes.

Retomando o conceito de “acontecimento” e considerando-o como um fenômeno marcado por temporalidades e sentidos, vê-se a mídia empenhada em noticiar os motivos, os métodos e os culpados envolvidos nos crimes selecionados para a discussão seguinte, motivados pela reverberação dos casos e pelas afetações causadas em todos os que tiveram acesso às informações divulgadas.

2.2.1- Caso Isabella Nardoni

Isabella de Oliveira Nardoni, de apenas 5 anos, morreu no dia 29 de março de 2008, após ser jogada pela janela do sexto andar do prédio onde seu pai, Alexandre Nardoni, e sua madrasta, Anna Carolina Jatobá, moravam, na zona norte de São Paulo.

Na tarde do crime, a família saiu para fazer compras. A narrativa contada pelo casal dizia que, quando chegaram ao apartamento, Alexandre levou Isabella, que já estava adormecida, para seu quarto e retornou ao carro. Ainda segundo o depoimento, um intruso teria invadido a residência e teria sido ele o responsável por cortar a tela de proteção da janela e, em seguida, defenestrar Isabella. Após a avaliação da perícia, por meio de recursos como GPS (Sistema de Posicionamento Global) e rastreamento de chamadas telefônicas, foram constatadas incoerências nos depoimentos cedidos por Alexandre e Anna Carolina.

O caso foi parte da programação diária de diversos canais de televisão. Grandes emissoras dedicaram-se a mostrar detalhes do crime, por meio de simulações e divulgação de informações concedidas pela perícia, e também à veiculação de entrevistas com a mãe e

outros familiares da vítima. Quanto a esta abordagem, faz-se relevante a discussão acerca das informações que eram veiculadas e ao tempo destinado ao luto pela vida de Isabella.

Em alguns telejornais, os resultados de perícias e investigações foram divulgados aos espectadores, revelando detalhes sobre o estado de Isabella antes da sua morte e sobre as condutas dos envolvidos. Assim, torna-se questionável a verdadeira necessidade da veiculação dessas informações, uma vez que seriam relevantes apenas aos investigadores do caso. É cabível o questionamento acerca de uma justificativa para a publicação destas informações que não tenha suas bases na pura curiosidade do público ou na busca por audiência por parte das grandes emissoras. Neste sentido, (CARVALHO, FREIRE, VILAR, 2012) mencionam a cobertura intensiva dos desdobramentos do crime, afirmando que

o caso foi exaustivamente explorado pela imprensa, o que gerou uma espécie de notícia seriada. Mesmo na ausência de algum fato novo, o caso era exposto durante grande parte do dia, com imagens e interpretações excessivamente repetidas e exploradas, levando à conclusão de que, para ganhar a audiência, tudo se justificava: a transformação de heróis em anti-heróis e de vítimas em agressores e novamente em vítimas. (CARVALHO, FREIRE, VILAR, 2012, p. 436)

Além disso, apesar de ser um termo abstrato e não possuir tempo de duração determinado, é cabível a interpretação de que o luto da família foi interrompido por reportagens e entrevistas, o que acaba por configurar uma atitude completamente desrespeitosa por parte da mídia.

É inegável a participação ativa da televisão durante as investigações que permeiam o crime. Contudo, mesmo que o modo como as produções jornalísticas foram feitas tenha recebido críticas, a maior controvérsia que conecta o assassinato de Isabella à mídia é em relação ao julgamento do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá. Condenados por homicídio triplamente qualificado, o casal só teve sua sentença devidamente confirmada em 2010, em um processo de grande repercussão que marcou o Tribunal do Júri de São Paulo. Porém, mesmo que para muitos especialistas as provas apresentadas fossem suficientes para a condenação de Alexandre e Anna Carolina, advogados que se dedicaram a estudar o caso afirmam que a interferência da mídia foi crucial para a legitimação da sentença.

As notícias divulgadas antecipavam, no entanto, a culpa do casal, levando a que a sociedade brasileira já os considerasse como assassinos da menina, não lhes garantindo a prerrogativa de possível inocência garantida pela Constituição Brasileira, possivelmente ferindo o direito à defesa que é garantido por lei. (DAGNEZE e ARALDI JÚNIOR, 2011, p. 120)

Os principais argumentos que sustentam essa opinião são baseados na análise da opinião pública em torno do crime. As possíveis estratégias midiáticas usadas na cobertura do caso seriam as responsáveis pelas multidões que bradavam, em coro, expressões de repulsa ao casal enquanto se dirigiam à delegacia para prestarem seus depoimentos. Outros exemplos seriam o apartamento onde o casal morava e o fórum onde o tribunal aconteceu, que foram cercados por jornalistas e civis indignados com o crime, suplicando por uma configuração específica de justiça que só seria contemplada com a condenação de Anna Carolina e Alexandre. Assim, uma vez que o crime não teve sua conclusão explícita com as investigações primárias, alguns profissionais afirmam que teriam sido os veículos midiáticos e as coberturas teoricamente parciais a condenar o casal antes de qualquer julgamento.

2.2.2- Caso Eliza Samúdio

Declarada desaparecida no dia 4 de junho de 2010, Eliza Silva Samúdio, de 25 anos, era modelo e estava envolvida amorosamente com Bruno Fernandes de Souza, goleiro do Clube de Regatas do Flamengo, desde o ano anterior. Durante seu relacionamento com Bruno, Eliza, grávida, chegou a contactar a Polícia, em razão de ameaças feitas pelo então goleiro para que se submetesse a métodos abortivos. Em uma entrevista cedida ao Jornal Extra, a jovem conta que prestou queixas contra o ex-jogador, do qual chegou a sofrer agressões físicas e verbais. No mesmo depoimento, Eliza cita as seguintes palavras de Bruno: “Se você for à Delegacia ou a qualquer lugar, eu vou atrás de você, mato você, mato a sua família, mato suas amigas”, revelando que já sofria diversas ameaças. Mesmo com as intimidações de Bruno, Eliza escolheu por negar o pedido de aborto e, após o nascimento do filho do casal, a jovem recorreu à Justiça para que o jogador reconhecesse a paternidade da criança.

Acredita-se que, na data citada, Eliza e seu filho, de apenas 4 meses, tenham sido levados à casa do jogador. Os responsáveis pelo trajeto foram Luiz Henrique Romão, apelidado de “Macarrão”, e Jorge Luiz Rosa, primo de Bruno. Dois dias depois, conforme conclusões do Ministério Público de Minas Gerais, Eliza e o filho foram levados a uma propriedade do goleiro localizada na cidade de Esmeraldas. A vítima foi mantida em cárcere privado e, de acordo com sua certidão de óbito, teve sua vida interrompida no dia 10 de junho. O responsável por sua morte teria sido Marcos Aparecido dos Santos, conhecido por “Bola”, que agiu a mando de Bruno em um plano para que o goleiro não precisasse reconhecer a paternidade de seu filho com Eliza. O corpo da jovem nunca foi localizado. A criança foi encontrada, após denúncias anônimas, com desconhecidos em Ribeirão das Neves.

Condenado por homicídio, sequestro e ocultação de cadáver, a sentença destinada a Bruno foi de 22 anos e 3 meses de prisão. Entretanto, por decisão do Supremo Tribunal, o ex-goleiro está em liberdade desde 2017.

Em síntese, Eliza foi morta por negar o pedido do ex-jogador de efetivar o aborto do bebê que gestava. Mesmo que alguns veículos de comunicação tivessem acesso ao depoimento cedido pela jovem, pouco foi veiculado sobre esta entrevista e Bruno seguiu com sua fama sem que sua carreira fosse afetada. Deste modo,

Eliza, uma entre milhares de mulheres a formar estatística na história do 5º país que mais mata mulheres, também faz parte do grupo de brasileiras que buscaram a efetivação de seus direitos, foram assassinadas e continuam tendo suas vidas ceifadas pelo ódio, ignorância, discriminação e insuficiência das ações do Estado. (DO NASCIMENTO SOUZA e FERNANDES, 2022, p. 6)

Mais uma vez, a grande repercussão do crime foi ilustrada com a mudança das programações de canais de televisão. Reconstituições do crime e reportagens especiais foram veiculadas, mesmo sem a confirmação de fatos que permeavam o acontecimento. Alguns desdobramentos do caso, que em nada concernem ao público, foram divulgados. Como exemplo, tem-se uma reportagem do *Jornal da Record*, que mostra que, durante as investigações, descobriu-se que o homem que criou Eliza não era seu pai biológico. Dessa forma, as informações publicadas envolveram também outras pessoas que não tinham ligações diretas com o crime.

Além das situações mencionadas, outro aspecto que difere a cobertura deste caso de outros é o fato de envolver um indivíduo que já era conhecido por parte do público. Muitas das primeiras notícias veiculadas chegaram a restringir Eliza à “ex-namorada de Bruno”, contribuindo para um apagamento de sua personalidade e condicionando-a à fama de seu assassino. Sobre esta situação, SIMÕES e LIMA (2018), comentam:

A celebração de Eliza acontece durante a investigação de seu desaparecimento. No início das reportagens sobre o caso (final de junho de 2010), ela é citada como ex-namorada de Bruno, estudante que se envolveu com o goleiro, antes de ser propriamente nomeada. A última reportagem coletada do jornal Folha de S. Paulo datada de 27 de agosto de 2010, já traz um cabeçalho intitulado ‘Caso Eliza’, e o nome dela aparece seguido do aposto ‘ex-namorada’ do jogador. A escrita das reportagens pode nos revelar uma sutil mudança na maneira de descrevê-la. O que observamos é um deslocamento de vítima com papel secundário na vida da estrela Bruno Fernandes para a de papel principal num crime. (SIMÕES e LIMA, 2018, p. 607)

Assim, é possível dizer que, mesmo que a postura de alguns veículos de comunicação tenha sido alterada, ainda há certa condicionalidade da vida da vítima à de Bruno.

Mesmo após 13 anos da morte de Eliza Samúdio, desdobramentos sobre o caso ainda são veiculados e noticiados. Notícias recentes revelam informações e imagens sobre o filho do casal, que jamais viverá uma vida em anonimato. Mesmo sem que possa ser-lhe imputada qualquer culpa pelos acontecimentos, o jovem vive as consequências da sede da mídia por entretenimento. Além do filho, a mãe de Eliza, Sônia Samúdio, segue sendo o foco de matérias e reportagens. Uma vez que não foram reveladas novas pistas ou informações sobre o caso, não há justificativa informativa para que Sônia siga sendo entrevistada apenas para confirmar seus sentimentos de luto e indignação frente ao crime.

2.2.3- Caso Marcos Kitano

O homicídio do empresário Marcos Kitano Matsunaga por sua esposa Elize Matsunaga aconteceu no dia 9 de maio de 2012, configurando um caso de grande repercussão. Após descobrir que seu marido mantinha relacionamentos extraconjugais, Elize fez uso de uma das armas de fogo pertencentes ao casal e atirou contra seu marido. Em seguida, esquartejou o corpo e o dispôs em malas de viagem, as quais levou consigo em seu carro, enquanto seguia para o Paraná. Após uma abordagem da Polícia Rodoviária, a mulher despejou as malas em uma estrada próxima à cidade de Cotia, em São Paulo.

Os restos mortais de Marcos só foram encontrados no dia 23 de maio, quando o empresário já fora noticiado como desaparecido, mas a identificação do corpo só ocorreu no dia 4 de junho. Elize confessou o crime e até mesmo retornou ao apartamento para reconstituir aos peritos suas ações na noite do assassinato. A versão da mulher mostrou-se verdadeira, comprovada pelo uso de tecnologias que identificaram manchas de sangue pela residência, mas muitas investigações ainda foram feitas durante o julgamento, todas noticiadas sempre que alguma possível atualização do caso era especulada.

Mesmo que Elize tenha alegado que suas ações foram traçadas como resposta à traição do marido, LEAL, DE OLIVEIRA e DOS REIS (2020) afirmam que as motivações encontram-se também no âmbito antropocêntrico, indo além do âmbito jurídico, na medida em que ressaltam que

a desumanidade presente nas ações enveredadas por Elize em relação a Marcos Matsunaga refletem o alto grau de complexidade presente nas

relações humanas. Essas interações ocorrem em meio a contextos nos quais os sujeitos buscam delimitar interpretações para a existência humana no planeta Terra. (LEAL, DE OLIVEIRA e DOS REIS, 2020, p. 131)

Diversas foram as reportagens em que promotores e advogados de defesa e acusação eram entrevistados e questionados sobre assuntos que deveriam se restringir ao âmbito jurídico ou até mesmo à esfera médico-legal. Tem-se como exemplo reportagens produzidas em razão da exumação do corpo de Marcos Kitano para que a razão exata de sua morte fosse esclarecida. Nas imagens divulgadas, é notória a forte presença de repórteres e jornalistas no local da investigação.

É possível perceber também a conduta da mídia frente ao tratamento de Elize Matsunaga. Ainda que profissionais tenham afirmado que o crime não foi premeditado pela mulher, inúmeros veículos de imprensa continuam a especular que o assassinato haveria sido cometido por um possível interesse de Elize na fortuna de seu companheiro. Também, quanto ao tratamento da culpada, percebe-se a ênfase dada pela mídia em seu passado, ressaltando, sempre que cabível, que Elize atuava em um site de acompanhantes de luxo.

Neste contexto, faz-se necessário dizer que não cabe ao presente trabalho questionar as decisões quanto às sentenças e julgamentos da ré, mas sim, estudar o comportamento da mídia no que se refere à divulgação de informações sobre o acontecimento.

Mesmo hoje, 11 anos após o assassinato, o caso mostra-se relevante. Um documentário de 4 episódios foi produzido pela *Netflix*, plataforma internacional de streaming, no qual Elize cede entrevistas exclusivas tratando de suas ações, da confissão do crime e sobre sua sentença. Notícias sobre a sua soltura são publicadas sempre que há qualquer atualização, envolvendo nessas reportagens a filha do casal.

3- COBERTURA MIDIÁTICA DA TRAGÉDIA EM BLUMENAU: ESTUDO DE CASO

O terceiro e último capítulo deste trabalho tem natureza exploratória, no sentido de que estuda um crime que ocorreu em data próxima à formulação desta monografia e, por conseguinte, poucos são os artigos e pesquisas encontrados que tratam do acontecido. Este método é adequado ao trabalho na medida em que baseia-se na obtenção de conhecimentos acerca de determinado assunto, de modo a compilar informações que sejam interessantes às discussões posteriores. Assim, sobre este processo, BONIN (2008) ressalta que:

As ações de pesquisa exploratória implicam investir em planejamento, construção e realização de sucessivas aproximações ao concreto empírico, a partir de várias angulações possíveis – angulações que interessam ao problema/objeto em construção. Os procedimentos de pesquisa exploratória podem ser diversos, desde o recurso a dados secundários até a observação direta de fenômenos empíricos concernentes à problemática investigada. (BONIN, 2008, p 124)

Deste modo, serão estudadas algumas abordagens midiáticas de diferentes programas no que se relaciona à cobertura de um mesmo caso.

A seleção dos exemplos de cobertura midiática, que constituíram o corpus de análise desta pesquisa, foi realizada por meio de uma abordagem metodológica de natureza afetiva. Tal abordagem mostra-se igualmente importante quando em comparação com outras metodologias normativas, já que “acatar a presença dos afetos na elaboração da pesquisa não significa deixar de lado os argumentos e suas capacidades para validarem uma hipótese” (MENDONÇA, 2021). Uma vez que se relaciona ao modo como um indivíduo interage com os acontecimentos em seu entorno, é dotada de particularidades e contribui para discussões acadêmicas em níveis que talvez não fossem alcançados sem esta perspectiva. Assim, este raciocínio encontra respaldo nas palavras de MORICEAU, que, sobre os afetos, diz:

Eles nos conectam com o que outras abordagens não exploram, geralmente por terem deixado de ser sensíveis a essas dimensões do encontro e da transformação recíproca. Eles nos fazem tocar e explorar o que está no limite do conhecível, fornecendo-nos um rico material para repensarmos nossas posições, nosso percurso de pesquisa e nossa maneira de torná-lo público e partilhável. No entanto, os afetos não são apenas um instrumento de produção de conhecimento, uma astúcia metodológica. Eles são geralmente o que dá sentido à investigação, o que desperta nosso desejo, ou necessidade de pesquisar. (MORICEAU, 2021, p 17-18)

Como justificativa para o uso desta abordagem, recorre-se novamente à definição de “acontecimentos”. Sobre este conceito, compreendendo que estas situações surgem a partir de rupturas e que têm efeitos sobre aqueles que mostram-se sensibilizados frente ao ocorrido, QUERÉ, 2010, afirma que:

os acontecimentos se tornam, eles próprios, fonte de sentido, fonte de compreensão e fonte de redefinição da identidade daqueles que afetam. Nessa perspectiva, em que o acontecimento vem antes dos sujeitos e das situações, é o que ele se torna através de seu percurso, e os efeitos de sentido que produz, que contribuem para individualizá-lo. (QUÉRÉ, 2010, p. 35)

Desta maneira, compreendendo a complexidade do crime salientado neste estudo e do alto grau de sensibilização percebido em torno do caso, o presente trabalho une metodologias e afetações pessoais para as análises dos programas selecionados.

No dia 5 de abril de 2023, um homem, em posse de uma arma branca, invadiu uma creche na cidade de Blumenau (SC) e fez 4 vítimas fatais, de idades entre 4 e 7 anos. Neste contexto, a creche onde o crime aconteceu foi cercada por policiais, socorristas, pais de alunos, jornalistas e outros curiosos que passavam pelo local. O crime logo foi divulgado por diversos meios de comunicação e com abordagens distintas.

Unindo as respostas sociais percebidas em torno deste crime às conceituações teóricas detalhadas anteriormente, pode-se caracterizar este caso como um “acontecimento”. Após a veiculação do caso, foi possível perceber grandes mobilizações para debates acerca de questões como a segurança nas escolas e o papel destas instituições na proteção das crianças.

Neste contexto, de acordo com uma notícia veiculada pelo portal Metrôpoles, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com autoridades do Legislativo e Judiciário no dia 18 de abril, para que tratassem da criação de um fórum que tivesse como tema medidas de segurança a serem tomadas nas escolas brasileiras. Além deste tipo de encontro, outras discussões sobre segurança nas escolas também estamparam sites de notícias, tais como o *Correio Braziliense*, *Uol*, *GI*, *CNN Brasil*, dentre outros.

Também, um alto nível de sensibilização é percebido quando são avaliados os diversos grupos de *WhatsApp* que foram criados após o ocorrido, formados por pais de crianças em idade escolar. Mesmo que o crime tenha acontecido no sul do país, este tipo de organização foi percebido em diversos estados brasileiros. Desta forma, por meio das afetações observadas na sociedade, auxiliadas pelas lentes da leitura acontecimental, é possível analisar a ruptura temporal causada em torno do crime, de modo a dividir o presente em “antes” e “depois” do ocorrido.

Em concordância com o caráter exploratório deste trabalho, como forma de apurar as principais informações sobre o caso, em primeiro momento fez-se uso da ferramenta de busca do *Google* para a obtenção destes dados. Neste contexto, foram lidas diversas notícias publicadas por portais como UOL, Estadão e G1 Notícias, dentre outros sites semelhantes. Após este momento, foram avaliados os vídeos publicados no *YouTube*, os quais mostravam as coberturas divulgadas por diferentes canais de televisão. Neste sentido, foram observadas veiculações de naturezas diversas e que apresentavam estratégias comunicacionais diferentes. Desta maneira, para a presente monografia, foram selecionadas algumas das abordagens que apresentaram características que permitem discussões produtivas dentro do âmbito do jornalismo.

Assim, no presente estudo, o recorte escolhido para análise contempla alguns dos conteúdos midiáticos veiculados por emissoras de televisão, delineamento este justificado por noções expostas anteriormente, as quais ressaltam a importância e o potencial da televisão no que se refere à transmissão de informações. Ainda sobre a discussão, faz-se necessário ressaltar que demais detalhes sobre o crime ocorrido em Santa Catarina não serão mencionados neste trabalho, uma vez que os objetos de estudo são as posturas midiáticas observadas frente ao acontecimento, e não as análises policiais ou periciais. Desta forma, não há justificativa metodológica para que outras informações sobre o caso sejam mencionadas.

A notícia do acontecimento foi exibida em alguns programas pouco tempo após o ataque, mesmo que os jornalistas tivessem acesso apenas às poucas informações cedidas por policiais ou quaisquer outros profissionais atuantes no caso. Ainda sim, com pouca apuração e sem a confirmação de determinadas informações, a escolha de alguns programas foi pela veiculação do caso em redes nacionais.

Além destes jornais, outros programas também se dedicaram a noticiar o ocorrido, com abordagens e escolhas jornalísticas distintas daquelas vistas nas produções que cobriram o crime imediatamente após seu aparente desfecho. Nesses casos, as informações foram apuradas, tratadas e salientadas de acordo com as escolhas dos profissionais e das emissoras nas quais as reportagens foram veiculadas. Assim, de diferentes maneiras, o caso foi transmitido por diversos tipos de programas. Para fins metodológicos e em consonância com o capítulo anterior, as coberturas escolhidas para este estudo dividem-se entre aquelas que foram feitas logo após o ocorrido e as veiculadas depois de certo tempo de apuração.

Neste contexto, dentre os inúmeros vídeos encontrados nas plataformas digitais, foram salientadas quatro coberturas distintas do mesmo caso: a divulgação ao vivo do crime feita brevemente pelo jornal *Primeiro Impacto*; uma reportagem editada do programa *Balanço*

Geral, o qual é nacionalmente conhecido pelo caráter sensacionalista de suas veiculações; a reportagem exibida pelo *Jornal da Record* na noite do dia do atentado; e, finalmente, uma reportagem extensa produzida pelo programa *Fantástico*.

As escolhas das veiculações foram feitas com base na observação de aspectos significativos que permitem problematizações dentro do campo da comunicação. Assim, compreendendo as singularidades de cada um destes contextos, tem-se um recorte complexo e significativo para este estudo de caso.

3.1- Observações sobre coberturas jornalísticas imediatas

A partir da análise de notícias que foram publicadas imediatamente após o atentado, é possível observar algumas atitudes de determinados jornais que são características do tipo de jornalismo que esses programas trazem, já que, geralmente, apresentam certo teor sensacionalista. Sobre esta abordagem, pode-se perceber que alguns aspectos melodramáticos são constantemente observados neste modo específico de narrar os acontecimentos, notados pelas escolhas jornalísticas que induzem certas emoções aos espectadores. De acordo com ENNE (2007), algumas destas características seriam:

a marca do excesso (a nosso ver, fundamental em todas as matrizes que estamos discutindo), tanto na forma narrativa quanto na caracterização das personagens e situações; a estrutura maniqueísta, como bem indicou Martín-Barbero, marcada por sensações de medo, de ternura e de ira, entremeadas pelo risível, encenado pela figura do bobo, elemento-chave para a quebra a tensão [...]; a existência de uma pedagogia moral, que implica no reconhecimento dos lugares sociais, das virtudes e penalidades para sua corrupção, muitas vezes relacionada ao universo do privado que, via dramatização, é colocado para apreciação e julgamento público; e [...] uma pedagogia das próprias sensações, indicando momentos e lugares corretos para a exacerbação e a vivência explícita das emoções. (ENNE, 2007, p. 74-75)

Desta forma, as abordagens selecionadas trazem aspectos que merecem atenção e podem ser problematizadas.

O primeiro programa selecionado para esta análise é o telejornal *Primeiro Impacto*, transmitido pela Rede SBT, que vai ao ar de segunda à sexta-feira durante o período da manhã. As imagens escolhidas para este estudo dizem respeito à primeira divulgação do crime em Blumenau feita pelo jornal matinal.

Nesta transmissão, o apresentador Darlisson Dutra descreve apenas uma síntese do caso, já que, naquele momento, poucas eram as informações cedidas ou confirmadas pela Polícia, em formato de plantão. No vídeo postado, o jornalista inicia a veiculação do caso dizendo “Atenção para essa notícia urgente e terrível. Aconteceu agora há pouco um ataque a uma creche em Blumenau, Santa Catarina. Um homem invadiu o local com uma arma branca e matou quatro crianças”. Estas mesmas informações foram reproduzidas outras vezes durante o tempo em que o crime foi divulgado.

Durante os quase 5 minutos dedicados à primeira transmissão do caso, são repetidas as mesmas duas filmagens que, segundo o jornalista, foram feitas por civis que passavam pelo local do crime e enviadas ao jornal via *WhatsApp*. Esta situação demonstra como o jornal parece dar prioridade à antecipação da notícia em detrimento da qualidade da cobertura, uma vez que as imagens cedidas foram feitas sem nenhum tipo de técnica ou estética jornalística, evidenciando que o objetivo do programa era apenas ser um dos primeiros veículos a divulgar o crime.



Imagem divulgada pelo jornal Primeiro Impacto.

Acompanhadas de uma trilha sonora que dá certo tom de urgência à notícia, as informações divulgadas restringem-se ao número de vítimas, o tipo de arma usado no crime e a apreensão do assassino. Quanto às músicas utilizadas nesta e em outras abordagens, traz-se à discussão o conceito de patemização, termo trabalhado por CHARAUDEAU (2010), relacionado à criação de emoções em terceiros através de sons, imagens, vídeos, dentre outros

meios. Neste caso, a escolha da trilha sonora foi pensada e selecionada estrategicamente, de maneira a criar nos espectadores sensações de medo, angústia e ansiedade.

A cobertura também conta com a leitura na íntegra da nota de pesar escrita por Jorginho Mello, Governador do estado de Santa Catarina. Neste depoimento, o político diz: “É com enorme tristeza que recebo a lamentável notícia de que a creche particular Cantinho do Bom Pastor, em Blumenau, foi invadida por um assassino que atacou crianças e funcionários. Infelizmente quatro não resistiram e morreram, além de três feridos. Determinei imediatamente a ação das nossas forças de segurança, que já estão no local. Também decretei luto oficial de três dias. O assassino já está preso. Deixo aqui a minha total solidariedade. Que Deus conforte o coração de todas as famílias neste momento de profunda dor.”

É possível que a decisão de divulgar este conteúdo tenha sido tomada seguindo a mesma lógica supracitada de evidenciar a transmissão de determinadas informações de maneira imediatista e, em primeiro momento, exclusiva.

Como sequência à análise, cabe citar o programa *Balanço Geral*, veiculado pela Rede Record. Mais especificamente, o recorte selecionado contempla a cobertura transmitida ao estado de Santa Catarina, onde o crime aconteceu. A notícia foi ao ar no início da tarde do dia 5 de abril, pouco tempo depois do ocorrido. Todavia, diferentemente da cobertura jornalística do programa *Primeiro Impacto*, o apresentador da Record, Alexandre José, mostra uma reportagem editada, feita por Rodrigo Vieira. Por tratar-se de uma peça que passou por um processo de edição, é possível perceber que é fruto de escolhas jornalísticas do profissional que a produziu. Neste caso, nota-se que a emoção foi a guia de diversas destas seleções, tais como alguns trechos específicos dos depoimentos colhidos e imagens que compõem o contexto dramático do crime (pais, professores e testemunhas visivelmente abalados; a multidão aglomerada em frente à creche; vídeos que mostram ambulâncias e carros de polícia).

Muitas das escolhas jornalísticas observadas no *Balanço Geral* encontram-se justificadas pela proposta do programa. Assim como outras programações semelhantes encontradas em diversas emissoras, o programa da Rede Record é conhecido por tratar quase que exclusivamente de assuntos ligados a casos de violência e por transmitir suas notícias com abordagens altamente sensacionalistas, que buscam uma conexão com os telespectadores por meio do choque e da revolta.

Neste contexto, as imagens mostradas na notícia contêm depoimentos de pessoas que presenciaram a tragédia de formas diferentes. Nestas gravações, são percebidos trechos que relatam explicitamente a situação das crianças feridas, como se os depoentes estivessem em

estado de choque, e o repórter usa esta situação para obter informações sobre o crime. É possível perceber que esta situação exemplifica elucidações tratadas por RIBEIRO e SACRAMENTO (2020) no que se refere ao trauma como testemunho. Assim, sobre este aspecto, apontam que o trauma

ficou normalizado na vida social, passou a ser super utilizado na mídia e no cotidiano, promove um conjunto variado de profissões, os produtos e serviços (desde as tradicionais sessões de terapia às comunidades on-line de ajuda mútua) e produz dependências de conselheiros, terapeutas, psicólogos e até mesmo de *life coaches*. O trauma é cada vez mais nomeado através do diálogo público. Não existe como uma coisa em si, mas só passa ser através da narrativa. Esse processo, ou drama do trauma, é, ao mesmo tempo, uma performance e um trabalho de superação (tanto no sentido psicológico quanto social). É também um processo do qual os meios de comunicação participam decisivamente, tanto em termos de articulação e representação quanto na cura, elaboração e compartilhamentos. (RIBEIRO e SACRAMENTO, 2020, p 68)

Assim, observa-se como o trauma tornou-se explorável ao jornalista que cobria o caso. Esta situação vai de encontro às elucidações de IJUIM (2012) no que se refere ao jornalismo humanizado. Quanto a esta visão, o autor ressalta:

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas. (IJUIM, 2012, p. 133)

Assim, avaliando a abordagem encontrada na reportagem do *Balanço Geral*, percebe-se que parte importante da humanização do fazer jornalístico foi perdida, perda esta ilustrada pela maneira como o repórter privilegia a obtenção de informações e passa a perceber as testemunhas como mera fontes de informação, e não mais como indivíduos marcados pelo trauma de um crime recente.

O tipo de veiculação da notícia (uma reportagem gravada) permite aos jornalistas que façam escolhas importantes quanto a enquadramentos, destaques e informações que serão salientadas. Desta forma, avaliando essa circunstância, é possível perceber a ênfase propositalmente dada a conteúdos dramáticos e emotivos. Mesmo que a reportagem veiculada

seja editada, são observados também, na íntegra, os instantes em que alguns pais e responsáveis buscam crianças na creche. Neste contexto, momentos de emoção e de alívio particulares são interrompidos pelo repórter e pelas câmeras, ávidos por imagens e palavras sobre o crime que possam repercutir no ambiente televisivo.

Outra observação relevante é a de que o jornal escolheu divulgar o nome e a imagem do autor do crime, enquanto outros programas fizeram questão de ocultar estes dados e reservá-los apenas aos profissionais que investigavam o caso. Esta situação exemplifica o falso senso de justiça criado em virtude da maneira como certas notícias são divulgadas. No momento em que o programa escolhe publicizar o autor do ataque, atribui a si mesmo certo caráter de “justiceiro”, de modo a contribuir para a perpetuação de imaginários que caracterizam heróis e vilões. Assim, conforme problematizam RAMOS e NOVO (2003, p.496), “a violência deve ser interpretada como um fenômeno que vem sendo gestado no modelo de sociedade desigual e excludente em que vivemos, e a solução passa, necessariamente, pela transformação social e não apenas pela ‘punição de culpados’”.

Também, a lógica mercadológica da mídia faz-se presente na medida em que se percebe que muitas destas escolhas são feitas visando o aumento da audiência dos programas. Sobre estes pontos, CLEINMAN (2001) afirma que:

existe uma concorrência selvagem entre os veículos de comunicação pela conquista dos mesmos "clientes": anunciantes e público consumidor. A partir da lógica de mercado dominante, informação passa a ser um bem informacional, uma mercadoria. A busca do aumento da audiência e de circulação, a necessidade de atingir o maior número de pessoas, resultam na simplificação e esquematização de temas complexos, na consagração de uma visão maniqueísta do mundo. Além da questão mercadológica, essas escolhas editoriais também são pautadas pela hegemonia atual da televisão sobre os outros meios, o que implica a construção de narrativas baseadas na emoção e na força das imagens. Para esse jornalismo de resultados, saber, conhecimento, reflexão, entendimento, atividades que exigem um tempo que não pode ser comparado ao dinheiro, transformam-se em meros figurantes. O protagonista é a notícia que vende, que mantém uma marca em evidência (CLEINMAN, 2001, p. 96)

3.2- Observações sobre coberturas jornalísticas posteriores

O crime em Blumenau repercutiu no espaço televisivo por muitos dias e de diferentes formas. Algumas abordagens jornalísticas mostram-se distantes das previamente citadas neste trabalho no que diz respeito ao momento em que foram veiculadas e à forma como foram conduzidas. Neste contexto, é possível perceber que, nos casos escolhidos para a

análise a seguir, houve maior tempo dedicado à apuração das informações, afirmação percebida a partir da observação das escolhas de enquadramentos e abordagens utilizados para tratar do caso, justificadas pela profundidade destas gravações, resultado em produções de maior complexidade, quando em comparação com as transmissões descritas anteriormente.

Primeiramente, destaca-se a reportagem transmitida pelo *Jornal da Record* na noite do dia 5 de abril. Uma vez que o atentado ocorreu durante o período da manhã, houve espaço e oportunidade para uma apuração diferente daquela vista em outros programas da mesma emissora. Também, faz-se relevante evidenciar que esta comparação abrange dois tipos diferentes de jornalismo. Enquanto programas como *Balanço Geral* são reconhecidos por terem caráter sensacionalista, o *Jornal da Record* e diversos outros jornais que mostram comportamentos parecidos são considerados como parte do modelo padrão de telejornalismo.

A primeira cena exibida na reportagem em análise mostra pais e responsáveis em desespero, gravados em frente à creche, seguidos de um depoimento de um destes indivíduos. É possível interpretar que esta escolha tenha sido feita com o objetivo de criar conexão os espectadores ao jornal por meio das emoções salientadas na cobertura.

Neste contexto, a reportagem de André Rohde mostra imagens das mesmas gravações e depoimentos veiculados pela emissora horas antes, mas algumas partes dos depoimentos (que continham um linguajar possivelmente inadequado) foram omitidas. É possível observar também que, dentre todos os que cederam entrevistas à emissora, a única testemunha que tem o nome divulgado é a professora da creche. Os outros depoentes não foram identificados. Também, percebe-se o cuidado com a transmissão de certas informações, tais como as relacionadas ao tipo de arma utilizada no ataque e ao estado das vítimas do crime, de maneira a tentar impedir que as pessoas afetadas pelo crime não fossem condicionadas a reviverem os traumas e também a impossibilitar que os demais telespectadores sintam-se negativamente impactados.

A reportagem mostra também falas de Ulisses Gabriel, delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina, ressaltando mudanças que ocorrerão nos protocolos de investigação de criminosos. Assim, a partir das afirmações de uma fonte oficial, essa conjuntura dialoga diretamente com a ideia das descontinuidades temporais causadas por eventos considerados acontecimentos.

De certo modo, observa-se um maior cuidado com a cobertura do caso, quando em comparação com transmissões de outros programas. Ainda sim, a reportagem é fruto de diversas escolhas jornalísticas que contribuem para proporcionar ao telespectador uma experiência que os conecte ao programa.

A quarta e última abordagem escolhida diz respeito à veiculação do caso no *Fantástico*, programa da Rede Globo, transmitido semanalmente aos domingos durante o período da noite. A reportagem especial de Pedro Vedova foi ao ar no dia 9 de abril e ocupou mais de 10 minutos do tempo de tela do programa. Assim, pelo tamanho da peça escolhida para análise e da profundidade do conteúdo que apresenta, justifica-se o maior espaço destinado neste trabalho para o seu estudo.

A transmissão começa com entrevistas com os socorristas que atenderam as vítimas dos ataques, ressaltando o profissionalismo com o qual realizaram os atendimentos. São percebidas algumas filmagens feitas de modo quase cinematográfico, nas quais os entrevistados mantêm-se de olhos fechados enquanto a câmera faz um movimento de *zoom*.



Imagem do depoimento gravado pelo programa.

Tais filmagens são incomuns a reportagens transmitidas em telejornais, e acabam por conduzir a cobertura do caso a uma celebração do socorro às vítimas, de modo a atribuir a estes profissionais o título de “heróis”.

Algumas imagens foram gravadas no interior da creche. Curiosamente, o espaço escolhido para as entrevistas com as funcionárias foi o parquinho da escola, mesmo local onde o criminoso feriu as vítimas. Durante estes depoimentos, as professoras contam o que viram, sentiram e fizeram no momento do ataque. A reportagem também diz que uma das funcionárias infartou em decorrência do choque causado pelo atentado. Todas estas escolhas contribuem para que as fontes entrevistadas acabassem revivendo os momentos traumáticos dentro da escola e são, também, elementos importantes para que a reportagem ganhe certo tom melodramático e sensacionalista.

Dentre todas as reportagens que compuseram o recorte escolhido para este trabalho, esta foi a única que deu certa atenção ao trabalho anteriormente feito pela creche, mostrando imagens de crianças brincando dentro da escola e divulgando informações sobre as diferentes atividades oferecidas pela instituição, de modo a auxiliar na contextualização do caso e do ambiente onde o crime aconteceu. Neste sentido, faz-se relevante ressaltar que não cabe ao presente estudo culpabilizar ou inocentar a creche pelo ataque sofrido, mas avaliar como fora representada nas transmissões televisivas que seguiram o crime.

Diferentemente de outras reportagens, as vítimas tiveram nome e fotos divulgados, bem como informações sobre suas personalidades e rotinas. Neste contexto, é possível que o repórter ou quaisquer outros profissionais que atuaram na produção da reportagem tenham entrado em contato com a escola ou com os próprios pais das crianças, uma vez que os fatos divulgados ultrapassam a superficialidade e seriam obtidos somente através de entrevistas exclusivas, situação que possivelmente teria desrespeitado um período de luto daqueles diretamente envolvidos com a tragédia. Nessa dimensão, cabe citar outras afirmações de RIBEIRO e SACRAMENTO (2020) que abordam as ligações entre trauma, depoimento e mídia. Assim, descrevem que:

É muito comum que narrativas jornalísticas sobre tragédias apresentem brevemente a trajetória daqueles que morreram, pontuando geralmente o quanto o acontecimento trágico interrompeu uma vida. Nisso, certamente, há um processo de moralização e de busca de adesão emocional do consumidor de notícias. É comum, também, textos jornalísticos reproduzirem depoimentos, por vezes minuciosos, daqueles que sobreviveram às catástrofes e também dos que as presenciaram de alguma forma, inclusive o jornalista. O relato confere o status de verdade e de personalidade à narrativa na medida em que permite uma relação com os fatos baseada na experiência. (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2020, p. 105)

Outra observação importante está ligada à entrevista feita com a família de uma das vítimas do crime. Mesmo que 4 crianças tenham falecido em virtude do ataque, apenas uma família foi escolhida para ceder algum tipo de depoimento sobre o caso. As selecionadas para esta gravação são as mães de um dos garotos mortos, que havia sido adotado há pouco mais de um ano. É notável que a narrativa priorizada pelo programa é carregada de pesos emocionais e simbólicos: a configuração familiar fora dos padrões da heterossexualidade, a criança adotada e o tratamento de câncer de uma das mulheres foram assuntos propositalmente explorados na reportagem, de modo a tornar a situação (que já é, por si, densa e complexa), ainda mais dramática. Esta situação também corrobora com as ideias de RIBEIRO e SACRAMENTO (2020) citadas anteriormente.

A partir da análise destas escolhas jornalísticas, percebe-se certo paradoxo em relação à humanização do caso. Mesmo que exista a tentativa do repórter de se aproximar dos afetados pelo crime e fazer uso do espaço midiático como elemento de auxílio à superação de possíveis traumas ou de apoio aos sensibilizados pela tragédia, sua abordagem desconsidera o direito ao luto que deveria ser garantido aos indivíduos diretamente impactados pelo ocorrido. Esta situação pode ser interpretada como uma outra forma de fazer um apelo às emoções que se distancia do jornalismo sensacionalista.

A reportagem conta também com falas do psicólogo da Secretaria de Educação, Antônio Gomes da Rosa, que trabalhou também com as famílias afetadas pela tragédia da Boate Kiss, em 2013, situação que ilustra uma resposta do Poder Público em torno do caso. O profissional entrou em contato com as crianças e familiares afetados pela tragédia, prestando auxílio no que se relaciona a questões como o trauma e a perda. Em seus depoimentos, ressalta dificuldades possivelmente encontradas em situações como a destas famílias.

Ao final da reportagem, além da entrevista com o psicólogo, outros profissionais têm suas falas inseridas na edição, tais como Ronnie Esteves, delegado da Polícia Civil, e Priscilla Tavares, especialista em Educação. Dessa forma, percebe-se que a transmissão do *Fantástico* conta com a participação de fontes que atuam profissionalmente em áreas específicas e que seus depoimentos contribuem para a produção da reportagem. Esta situação ilustra certo cuidado com as informações transmitidas, de modo a criar uma noção de credibilidade em torno dos fatos veiculados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo as condições éticas esperadas de um trabalho jornalístico, a partir da análise do recorte escolhido, é possível perceber que nem todas as transmissões que noticiam um mesmo fato seguem os mesmos padrões morais e estéticos. Referente a essa questão, GONÇALVES (2015) discorre sobre a mídia e afirma que: “sua atividade deve estar baseada em um princípio ético. Para isso, ela pode atentar para a seleção dos acontecimentos, isto é, o que vai ser dito. Mais ainda: ela pode atentar para a escolha do que será mostrado e em qual encenação (a maneira como será dito)” (p. 5).

Desta forma, entendendo estes dizeres, nota-se como alguns veículos optam por diferentes enquadramentos, selecionando falas e aspectos variados, de modo a causar nos espectadores sensações distintas. Assim, foram observados casos onde o citado “princípio ético” da atividade midiática é posto de lado, de modo a priorizar a transmissão de informações de modo antecipado, o uso de abordagens sensacionalistas ou a utilização de técnicas com o objetivo de evidenciar e criar uma esfera emotiva em torno do caso.

A partir do momento em que o crime em questão passa a ser considerado dentro do conceito de “acontecimento”, é possível perceber certas rupturas temporais, observadas por algumas mudanças comportamentais, que acabam por dividir o cotidiano em “antes” e “depois” do atentado. O caso foi responsável por mudanças em diversas esferas, exemplificadas pelo aprofundamento de procedimentos de vigilância nas escolas, pelo debate sobre violência escolar incentivado pelo Governo Federal e pelas mobilizações de pais e responsáveis por crianças em idade escolar em todo o Brasil. Faz-se relevante citar a criação da Operação Escola Segura, deflagrada um dia após o ataque em Blumenau, a qual foi responsável por investigar mais de 1700 casos relacionados a crimes semelhantes, de acordo com informações divulgadas pela revista *Veja*.

Neste contexto, dentro do âmbito jornalístico, pode-se citar a modificação da postura de alguns veículos no que se relaciona à divulgação de nomes e imagens de autores de ataques. Como exemplo, traz-se à discussão a fala do jornalista Joel Datena, apresentador do programa da Rede Bandeirantes *Bora Brasil*, no momento em que diz que algumas informações sobre o caso serão omitidas, já que seriam muito mais importantes à polícia e não aos telespectadores. Segundo o profissional, essa decisão foi tomada como maneira de poupar os espectadores de alguns detalhes, a fim de impedir que fossem ainda mais afetados emocionalmente pelo acontecimento, e como forma de evitar que crimes similares aconteçam.

Além dessa mudança, os protocolos de cobertura dos veículos do grupo Globo também foram alterados. Anteriormente, divulgavam uma única vez o nome e imagem dos autores de ataques. Com a nova mudança, passam a ocultar essas informações em todas as notícias de crimes desta natureza que veiculam, sob a justificativa de impedir um possível “efeito contágio”.

Casos como o atentado à creche em Blumenau já foram observados outras vezes em outros anos, em diferentes estados brasileiros. Contudo, uma possível justificativa para que essa mudança no comportamento da mídia televisiva tenha ocorrido somente em 2023 está no aumento do número de casos de ataques a escolas no Brasil. Segundo informações da BBC News Brasil, a soma de crimes desta natureza que foram notificados entre os anos de 2022 e 2023 ultrapassam o número de ocorrências contabilizadas nos últimos 20 anos.

A partir da análise das coberturas jornalísticas selecionadas para esta monografia, é possível perceber que, mesmo que casos de violência não sejam raros na sociedade brasileira, o jornalismo nacional ainda precisa rever determinados conceitos e alterar as abordagens usadas nas coberturas destes casos.

A partir das análises apresentadas, pode-se também inferir que existem certos limites que devem ser traçados em relação a reportagens que tenham como bússola os princípios do jornalismo humanizado. A partir da interpretação deste raciocínio como uma forma de dar valor e atenção aos protagonistas dos casos (de modo a compreender e respeitar as narrativas destes sujeitos), é possível que algumas das escolhas jornalísticas observadas nas abordagens presentes neste trabalho tenham sido norteadas por este pensamento.

Em algumas das reportagens selecionadas, é cabível a interpretação de que houve a tentativa de aproximação dos agentes afetados pelo espaço que foi dado às suas narrativas. Contudo, algumas delas acabam por gerar também uma certa exposição possivelmente desnecessária, por meio de abordagens que tangenciam o desrespeito. Assim, não se pode afirmar que todas as produções que têm o objetivo de ceder espaço aos agentes das narrativas seguem os mesmos padrões e princípios éticos e podem trazer consigo aspectos passíveis de problematizações.

Assim, segundo noções de BARBOSA e CARVALHO (2016, p.24), “A narrativa jornalística reconta e cria sentidos – narra – as experiências do homem e se configura como lugar de produção de conhecimento sobre o mundo.” Contudo, quando aborda situações de violência, existem diversos cuidados, aos quais os profissionais atuantes no âmbito jornalístico devem estar atentos. Estes cuidados devem ser tomados com o objetivo de impedir que o trabalho do jornalista deixe de ser ético e humano e de respeitar tanto os

indivíduos diretamente afetados pela situação quanto os que receberão as informações divulgadas pela mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cristóvão Domingos; SANT'ANA, Vitória Ayala. Violência Contra Haitianos e a Repercussão na Mídia Brasileira. Caxias do Sul: **Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2017.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia na TV**. Rio de Janeiro: Campus, 2002

BARBOSA, Karina Gomes; CARVALHO, André Luís. Narrativas do trauma no jornalismo local: o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 13, n. 2, p. 19-33, 2016

BARROS, Bruno Mello Corrêa; THADDEU, Helena de Rosso; PEREIRA, Maria do Nascimento. Caso Eloá Pimentel/Sônia Abrão–a interferência da mídia nas negociações policiais. In: **Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria–RS**. 2013.

BELISÁRIO, Katia Maria; REIS, Anna Caroline Magalhães. A cobertura midiática dos crimes de violência contra a mulher: preconceito e silenciamentos. **Communication, technologies et développement**, n. 7, 2019.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista Famecos**, v. 15, n. 37, p. 121-127, 2008.

BOTÃO, Ana Cláudia Rodrigues; SOUZA, Juan Alejandro Tasso; RIBEIRO, Marislei da Silveira. O Massacre de Suzano e a Cobertura Jornalística Nacional: uma Análise Baseada na Teoria da Espiral do Silêncio. In: **Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul-Porto Alegre-RS-20 a. 2019**.

CALDEIRINHA, Daniela; ALBERNAZ, Elizabete. Mídia e Segurança Pública: Um Balanço. IN: Conferência Nacional de Segurança Pública, 1, 2009, Brasília: **Cadernos Temáticos Conseg**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009, p. 12-18.

CARVALHO, Denise W.; FREIRE, Maria Teresa; VILAR, Guilherme. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 31, p. 435-438, 2012.

CASAGRANDE, Magno Cassiano; PERUZZOLO, Adair Caetano. O fenômeno da violência e sua relação com meios de comunicação, comunicação humana e Estado. **Revista LEVS**, n. 10, 2012.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E. MACHADO, I. L. As emoções no discurso, v. II. Campinas: **Mercado das Letras**, 2010

CLEINMAN, Betch. Mídia, crime e responsabilidade. **Revista de Estudos Criminais**, v. 1, n. 1, 2001.

COSTA, Yuri Michael Pereira. o discurso da mídia sobre a violência urbana e o fenômeno da naturalização dos linchamentos na Ilha do Maranhão. **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004.

DAGNEZE, Cinara Sabadin; ARALDI JÚNIOR, João Irineu. Caso Isabella Nardoni: a indústria midiática e os limites do pré-julgamento (uma análise jurídico-linguística). **Revista Justiça do Direito**, v. 24, n. 1, 2011.

DA SILVA MATTOS, Rafael et al. Obesidade e bullying na infância e adolescência: o estigma da gordura. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 7, n. 2, p. 71-84, 2012.

DE ALMEIDA ARAÚJO, Jurandir. Violência, Racismo e Mídia: a juventude negra em situação de risco. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 1, n. 2, p. 462-482, 2015.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: **Contraponto**, 1997.

DE MESQUITA BATISTA, Gustavo Barbosa et al. A atuação paradigmática da mídia na veiculação de casos de violência contra mulher: estudo crítico dos casos Eloá Cristina (2008) e Tatiane Spitzner (2018). **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, 2021.

DE JESUS, Rosilene Soares; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Espetacularização da violência em um telejornal e construções conservadoras de gênero. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 15, n. 45, p. 82-97, 2022.

DO NASCIMENTO SOUZA, Amanda; FERNANDES, Maria Lara Sá. Eliza Samudio: Memória da Violência. In: Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & **Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar**. 2022.

ELEUTÉRIO, Joana Maria. Ônibus 174: um olhar sobre a violência urbana e a exclusão social. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 2, p. 153-164, 2011.

ENNE, Ana Lucia. O sensacionalismo como processo cultural. **Revista Eco-pós**, v. 10, n. 2, 2007.

FRANÇA, Vera Veiga; LOPES, Suzana Cunha. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **Matrizes**, v. 11, n. 3, p. 71-87, 2017.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, n. 24, 2012.

GONÇALVES, Silvia Caroline. Violência e Mídia: espetacularização em jogo. IX **EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar**, n. 9, p. 4-8, 2015.

HJARVARD, Stig. Miatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

IJUIM, Jorge Kanehide. As diferenças e o diferente: o respeito ao outro como forma de humanizar o jornalismo. **Rastros-Ano XV–Out**, 2014

IJUIM, Jorge Kanehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em questão**, v. 15, n. 2, p. 31-43, 2009.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista comunicação midiática**, v. 7, n. 2, p. 117-137, 2012.

IJUIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**, v. 31, n. 77, p. 235-243, 2017.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; DE OLIVEIRA, Luiz Ademir; DOS REIS, Leidiane Vieira. O Caso Yoki e os enquadramentos midiáticos. Coberturas noticiosas da Folha de S. Paulo e de O Globo como chaves de leitura da contemporaneidade. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 11, n. 22, 2020.

MARQUES, Ramiro. Virginia Tech: Anatomia de um massacre à luz da ética da virtude. **Interacções**, v. 3, n. 5, 2007.

MENDONÇA, Carlos. Corpos, ontologias e políticas: argumentos na pesquisa afetiva. In: MARQUES, Ângela Salgueiro; PESSOA, Sônia Caldas. **Afetos: teses e argumentos**. Belo Horizonte: PPGCOM, 2021 ,p. 33-49

MORICEAU, Jean-Luc. "**Escritura e afetos**." (2021): 17-31.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, p. 152-171, 2002.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento: Reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 21-38.

QUÉRÉ, Louis. O caráter impessoal da experiência. In: LEAL, Bruno S.; GUIMARÃES, César G.; MENDONÇA, Carlos M. C. (Orgs.) Entre o sensível e o comunicacional. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2010. p. 19-38.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 8, p. 491-497, 2003.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública. **Cadernos Adenauer**, v. 9, n. 4, p. 29-41, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Televisão e memória: entre testemunhos e confissões**. Mauad Editora Ltda, 2020

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. A violência urbana e o papel da mídia na concepção de professoras do ensino fundamental. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 13, p. 181-189, 2003.

ROCHA, Jose Geraldo; LIMA, Jacqueline Pinheiro. AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA URBANA NA CONTEMPORANEIDADE. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 22, n. 1, p. 19-26, 2014.

RODRIGUES, Tiago Hyra. Mídias participativas e violências extremas: uma etnografia on-line dos tiroteios em escolas. PATON, Nathalie. School shooting: la violence à l'ère de YouTube. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 2015. 224 páginas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-5, 2017.

SAMPAIO, Tede. Jornalismo e ética na cobertura de Sequestros: deslizos éticos cometidos pela mídia na cobertura do Caso Eloá. **Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2010

SANTANA, Samene Batista Pereira. Regimes de Visualidade da Violência: Biopoder e Tanatopolítica em “Ônibus 174”. **Anais do CIDIL**, p. 644-664, 2019.

SILVA, Camilla; DOS SANTOS, Alessandra Soares. Mídia e Violência: Regras e exceções na cobertura de homicídios em Campos dos Goytacazes– RJ. **Revista Discente Planície Científica**, v. 1, n. 1, p. 16-16, 2019.

SILVA, Fernanda Coelho. A Juventude na Mídia Brasileira: estereótipos e exclusão. In: **Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação**. Ano 1, Edição 4: 01-10, Jun./Agos. 2008
SIMÕES, Paula Guimarães; LIMA, Laura Antônio. O CASO ELIZA SAMÚDIO COMO ACONTECIMENTO: fama, anonimato e violência de gênero em nossa sociedade. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 599-629, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Edipucrs, 2006.

SOUZA, Gustavo. Trauma, narrativa e memória no documentário Ônibus 174. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 1, p. e 30581-e 30581, 2019.

TONDATO, Marcia Perencin. Violência na mídia ou violência na sociedade? A leitura da violência na mídia. **Revista Famecos**, v. 14, n. 32, p. 126-133, 2007.

TONDO, Romulo; NEGRINI, Michele. Espetacularização e sensacionalismo: Reflexões sobre o jornalismo televisivo. In: **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade Positivo PR**. 2009.

VIEIRA, Timoteo Madaleno; MENDES, Francisco Dyonísio Cardoso; GUIMARÃES, Leonardo Conceição. De Columbine à Virgínia Tech: reflexões com base empírica sobre um fenômeno em expansão. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, p. 493-501, 2009

ZINI, Lucas. **Comunicação e juventude de Viçosa numa pesquisa guiada por afetos: aparências e latências de uma categoria política nos contextos pandêmicos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal de Viçosa - Departamento de Comunicação Social. Viçosa, p. 71. 2022.